

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

WILSON RICARDO MINGORANCE

**O EMBATE SOBRE A ARTE, A ARQUITETURA E A CIDADE DO SÉCULO XIX
EM JOSÉ MARIANNO FILHO**

Guarulhos

2013

WILSON RICARDO MINGORANCE

**O EMBATE SOBRE A ARTE, A ARQUITETURA E A CIDADE DO SÉCULO XIX
EM JOSÉ MARIANNO FILHO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de São Paulo como requisito
parcial para obtenção do grau de Bacharel.

Orientador: Professor Doutor Fernando Atique

Guarulhos

2013

Mingorance, Wilson Ricardo

O embate sobre a arte, a arquitetura e a cidade do século XIX em José Marianno Filho / Wilson Ricardo Mingorance. Guarulhos, 2013.

94 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em História) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2013.

Orientador: Fernando Atique.

Título em inglês: The clash of the arts, architecture and the city of the 19th Century in José Mariano Filho.

1. Arte 2. Arquitetura 3. Cidade 4. José Marianno Filho I. Título

Aos meus pais Wilson e Maria, meu irmão Bruno e minha avó Luzia.

AGRADECIMENTOS

À minha família pelo apoio, ao professor e, também, orientador dessa monografia, Fernando Atique, que muito se dedicou na concepção dessa pesquisa, aos colegas e colaboradores da Universidade Federal de São Paulo.

Agradeço em especial à empresa Sífco S.A do município de Jundiaí, que carinhosamente nos abriu as portas para pesquisar seu acervo bibliográfico, para que pudéssemos encontrar fontes que fomentasse nosso objeto de estudo.

Aos funcionários da Biblioteca Paulo Santos e, também, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) do Rio de Janeiro que foram solícitos e muito nos auxiliaram nesta pesquisa.

Um agradecimento especial a Marianno Carneiro da Cunha Filho, que prontamente atendeu nosso pedido para uma entrevista e designou seu pai José Marianno Carneiro da Cunha Filho (neto de nosso personagem) para uma conversa, nos revelando o rico conhecimento que possuía acerca de seu avô.

“A morte não rasga páginas escritas, não apaga um pensamento vivo, e sempre há de existir quem dedicadamente comece a reconhecê-las, e a questão de apreciá-lo, dizendo de desaparecido entre os vivos aquele que viveu inteiramente na compreensão das cousas deste mundo, amando-as e explicando-as: Não está definitivamente encerrada a missão de José Marianno Filho.”

Feijó Bittencourt

RESUMO

O objetivo da pesquisa é o estudo das obras textuais e das publicações seriadas de autoria de José Marianno Carneiro da Cunha Filho, entre 1921 e 1945. Procura-se compreender sua importância como crítico das artes, de arquitetura e de urbanismo do Rio de Janeiro no século XIX e início do século XX. Através das obras de José Marianno pretende-se estabelecer um diálogo com os demais autores da época, que abordaram o assunto, a fim de verificar o vocabulário técnico-político de José Marianno e elucidar o embate existente entre o neocolonial e o modernismo, bem como elencar sua relevância dentro da Historiografia da Arquitetura Brasileira.

A pesquisa pautou-se na reunião das publicações de José Marianno Filho, no período citado, publicadas na imprensa seriada e por editoras do período. Mais especificamente, a pesquisa valeu-se do material existente na Biblioteca Paulo Santos, integrante do Sistema MinC-IPHAN, no Rio de Janeiro. Ali, por meio de grandes álbuns com “clipagens”, amalhados pelo arquiteto e historiador Paulo Santos, foi possível obter um extenso panorama dos escritos de José Marianno Filho. Destarte, foi realizada uma leitura cuidada do material reunido tentando a produção de um texto e de uma cronologia estendida sobre os três focos da pesquisa: a cidade, a arquitetura e as artes do século XIX.

Palavras-chave

José Marianno Filho. Arquitetura. Artes. Cidade. Neocolonial. Modernismo

ABSTRACT

The objective of this research is the study of textual works and serials by José Marianno Carneiro da Cunha Filho, between 1921 and 1945. It seeks to understand its importance as a critic of the arts, architecture and urbanism in Rio de Janeiro in the nineteenth and early twentieth century. Through the works of José Marianno intended to establish a dialogue with the authors of the time, which addressed the issue in order to verify the technical-political vocabulary of José Marianno Filho and elucidate the clash between the neocolonial and modernism, as well as to list their relevance within the historiography of Brazilian architecture, and rank their relevance within the historiography of Brazilian architecture.

The research was based on the meeting of publications of José Marianno Filho in the mentioned period, published serially in the press and publishers of the period. More specifically, the survey drew on existing in the Library Paulo Santos, a member of the MinC-IPHAN System in Rio de Janeiro. There, through large albums with many articles, hoarded by the architect and historian Paulo Santos it was possible to obtain a comprehensive overview of the writings of José Marianno Filho. Thus, we performed a careful reading of the material assembled by bringing the production of a text and a timeline extended on three areas of research: the city, architecture and arts of the 19th century.

Key words

José Marianno Filho. Architecture. Arts. City. Neocolonial. Modernism

SUMÁRIO

1. Introdução.....	09
2. Apresentando José Marianno Carneiro da Cunha Filho.....	14
2.1 Sua História.....	14
2.2 – Leituras de José Marianno Filho.....	16
2.2.1 Ricardo Severo e o Neocolonial.....	17
2.2.2 John Luccock.....	19
2.2.3 Francisco Adolf Varnhagen.....	20
2.2.4 Oliveira Viana.....	20
2.3 Produções Textuais e Seriadas de José Marianno Filho.....	21
3. Polêmicas Mariannas.....	25
3.1 Neocolonial e Modernismo.....	25
3.2 O embate de José Marianno e Lucio Costa.....	30
3.3 Polêmica com Carlos Sampaio.....	35
3.4 Com a palavra Feijó Bintecourt.....	36
3.5 Solar de Monjope.....	38
4. José Marianno Filho e a Arte, Arquitetura e Cidade no século XIX.....	44
4.1 Arte.....	44
4.2 Arquitetura.....	50
4.3 Cidade.....	58
4.3.1 O Passeio Público.....	58
4.3.2 Os Chafarizes do Mestre Valentim.....	61
5. Considerações Finais.....	64
6. Referências Bibliográficas.....	66
Apêndice I – Cronologia de José Marianno Filho.....	68
Apêndice II – Planilhas Descritivas das Publicações Seriadas e Textuais.....	73
Apêndice III – Entrevista com José Marianno Carneiro da Cunha Filho.....	84

1. Introdução

A pesquisa realizada para esta monografia debruçou-se sobre a trajetória de José Marianno Carneiro da Cunha Filho, tentando elucidar sua relevância para a História da Arquitetura Brasileira no período de 1911 a 1945. No decorrer desta pesquisa foram elencadas as obras do autor (publicações seriadas e demais produções textuais), que nos auxiliaram a compreender sua contribuição ao campo do espaço construído, e, também, sua repercussão como crítico da Arquitetura Brasileira no período em questão. Um recorte produzido, de maneira a sondar e analisar o olhar de José Marianno sobre a arquitetura, a arte e a cidade do século XIX no Rio de Janeiro. Para tanto, procedeu-se à reunião de suas produções textuais, dispersas em diversos periódicos, levando-nos à constituição de um mosaico de suas críticas.

A relevância de José Marianno Filho pode ser percebida na historiografia da Arquitetura Brasileira por ter sido um dos primeiros a expressar ideias de defesa de uma Arquitetura Tradicional, a qual foi denominada, também, como Neocolonial. Porém, sua importância reside, ainda, no fato de ter travado acalorados debates com os demais interessados – arquitetos, políticos, artistas – do assunto, no período. Atualmente, este debate pelo viés de José Marianno, é pouco estudado e, assim, sua figura parece se apagar dentro da historiografia da Arquitetura Brasileira, talvez pelo fato de não ter sido um arquiteto e, sim, um médico ou, ainda, um indivíduo que se interessava e escrevia sobre assuntos variados, como veremos ao longo desta monografia, esmaecendo sua incisiva e, muitas vezes, controversa, atuação no cenário do espaço construído nacional.

Na monografia foi possível destacar um ponto de inflexão bem delineado na trajetória de José Marianno: sua inserção no campo da Arquitetura, defendendo e propagando uma Arquitetura Tradicional. Esta defesa gerou uma miríade de repercussões, levando-o a ter seguidores, mas também, antípodas, em especial no momento em que o Modernismo começou a atrair adeptos, pois colocou José Marianno numa berlinda de debates, para a qual, talvez, não estivesse plenamente disposto. Assim, inaugurou-se uma guerra de palavras por meio dos jornais da época. De um lado, José Marianno, defensor do estilo de Arquitetura Tradicional e, do outro lado, adeptos dos ideais da Arquitetura Moderna, tal como Lucio Costa.

Ademais, como já dito, para a compreensão dessa discussão posta no período em questão, esta monografia teve como metodologia o levantamento de todas as publicações

textuais ou seriadas de José Marianno Filho, a fim de entender, mediante os seus escritos, acerca da sua apreciação à arte, arquitetura e cidade no século XIX, pois, a maioria de suas obras perpassou por esses objetos no período supracitado.

Procurou-se observar nas obras de José Mariano o esquema argumentativo do qual se valeu, dessa maneira, diligentemente procurou-se olhar para quais e com quais autores José Marianno Filho dialogou, a fim de promover um debate historiográfico, de certa forma, inédito na historiografia atinente ao tema do Neocolonial. No que tange ainda à metodologia, houve a preocupação na escolha dos autores escolhidos para a composição desta monografia, pois, além de reunir praticamente a grande maioria das obras publicadas de José Marianno Filho, cuidou-se de elencar uma série de personagens presentes entre as décadas de 1920, 1930 e 1940, tais como Ricardo Severo, Lucio Costa, Carlos Sampaio (prefeito do Rio de Janeiro) e Mário de Andrade, sendo estes os principais nomes do período que estabeleceram diálogo, direto ou indireto, com José Marianno.

Com relação aos autores contemporâneos, citados ao longo desta monografia, estes foram preponderantes para a compreensão dos embates suscitados pelos autores supracitados, pois, sendo expoentes no estudo da História da Arquitetura Neocolonial e Moderna e corroboraram para o entendimento da problemática que se tentará responder no decorrer desta monografia e que está posta no ínterim do diálogo e do embate entre o Neocolonial e Modernismo, ou seja, procurou-se entender os motivos que levaram Lucio Costa, “cadete da Arquitetura Tradicional” (título que recebeu de José Marianno quando designou Lucio Costa para Diamantina, em Minas Gerais, a fim de efetivar documentações históricas acerca da arquitetura do local. Essa nomenclatura foi elucidada no livro de Otávio Leonídio *Carradas de Razões, Lucio Costa e a Arquitetura Moderna Brasileira*), e outros adeptos declarados do Neocolonial a se tornarem avessos a esse movimento e defensores do Modernismo em um curto espaço de tempo. Além disso, os mesmos personagens estabelecerem críticas a José Marianno, que de certa forma se cristalizaram no seio da historiografia. Para além de simplesmente rebater as críticas, atitude historiográfica desnecessária, esta monografia procura compreendê-las, de maneira a gerar um pano de fundo social, no qual a crítica de José Marianno Filho se tornou reveladora.

Esta atitude nos levou, inclusive, a perceber certa permanência na fase “moderna” de Lucio Costa, de esquemas de argumentação já vistos em José Marianno. Nessa esteira, ao debruçar-se sobre as obras de Paulo César Garcez Marins, Françoise Choay e Maria Cecília Londres Fonseca, pensadores do período, percebe-se que estes compactuam da ideia de que

tanto os defensores do Neocolonial como os defensores do Modernismo são ferrenhos em alegar que os seus movimentos proclamam a defesa da identidade nacional, fato que fez com que os adeptos de uma investissem contra os adeptos da outra. No interior desse palco, cabe salientar que havia um interveniente de suma importância, o cenário político das décadas em estudo, o que permitiu o entendimento de uma série de fatores que influenciaram o movimento modernista, ou seja, o Estado Novo se insere nos meandros da discussão.

Em que pese à importância da abordagem dos autores acima, é importante frisar que durante a realização de pesquisa e leituras das fontes selecionadas, a autora Maria Lucia Bressan Pinheiro e o autor Fernando Atique também apresentam obras que estudam com certa profundidade o Neocolonial e o Modernismo, tecendo argumentações acerca da importância de estudo do Neocolonial e, em específico, da representatividade de José Marianno Filho para o período para seu discurso, que não pode ser ignorado.

Diante do exposto, a seleção dos autores supracitados, bem como o levantamento das publicações seriadas e textuais de José Marianno foi de suma importância para a tentativa de responder à problemática supracitada, pois, mediante as fontes sobre as quais se debruçou, tornou-se possível o levantamento de três hipóteses para a rápida transição do ideário de Lucio Costa e do restante dos defensores do Neocolonial e sua Arquitetura Tradicional para a defesa do ideário modernista, sendo:

- 1- A maioria dos arquitetos que passaram a propagar o Modernismo eram novos e estavam formando suas opiniões e pensamentos acerca dos seus estudos, tendo Lucio Costa, por exemplo, apenas 21 anos, sendo assim, viram no arquiteto Le Corbusier (propugnador do Modernismo no Brasil) a verdadeira referência da arquitetura que traduzia a identidade nacional;
- 2- A influência e a euforia que o novo sempre exerceu sobre o Brasil, sendo o Modernismo apenas mais uma referência, cuja novidade contagiou a muitos;

Ademais, no ínterim da monografia preocupou-se em abrir um questionamento acerca das palavras “neo” e “tradicional”, a fim de mensurá-las através de um estudo que proporcionou um tópico em específico.

Além do exposto, no que diz respeito à metodologia para a concepção da referida monografia, ocorreram uma gama de pesquisas em arquivos e acervos como no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), Biblioteca Nacional, ambos no Rio de Janeiro e, também, Biblioteca Paulo Santos, integrante do Paço Imperial, na Praça XV de Novembro.

Ali estão depositados grandes álbuns contendo uma série de “clipagens” montadas por Santos, durante décadas, dentro dos quais, inúmeros recortes de artigos de jornal, da pena de José Marianno Filho se fazem presentes.

Dentro desses álbuns observamos conteúdos de grande relevância, pois foram as obras seriadas de José Marianno que, em grande medida, levaram à publicação dos seus livros. Porém, o cotejo das publicações de José Marianno revelou que nem tudo o que foi publicado nos jornais foi transcrito (ou aproveitado) em suas brochuras. Assim, a importância do jornal como fonte está no fato de que nem toda publicação seriada está contida em algum de seus livros, o que torna a publicação no jornal uma fonte única para pesquisa.

A compilação dessas documentações, provenientes das pesquisas mencionadas, resultou na concepção de três apêndices, que solidificaram as bases que sustentaram o teor constante desta monografia, ou seja, reunir as obras de José Marianno nos permitiu elaborar uma Cronologia de todas as suas publicações, conforme mostra o **Apêndice I – Cronologia de José Marianno Filho**. Ademais, o levantamento das “clipagens” constantes do arquivo Paulo Santos, bem como a busca pela bibliografia textual de José Marianno, nos permitiu a confecção de planilhas descritivas, constantes do **Apêndice II – Planilhas Descritivas das Produções Textuais e Seriadas**, acerca de suas obras, sejam textuais ou seriadas, bem como uma breve descrição do conteúdo na qual se debruçou e se as mesmas se remetiam ao século XIX e XX. Conseqüentemente, essas planilhas nos ofereceram mecanismos para a execução de três gráficos, que nos permite a visualização em termos quantitativos das publicações de José Marianno e, também, mensurar o que se referia a arte, a arquitetura e a cidade e o que pertencia ao século XIX e XX.

Além da confecção das planilhas descritivas e dos gráficos, também se efetivou uma entrevista com José Marianno Carneiro da Cunha Filho, não o personagem desta monografia, mas o seu neto, homônimo, que se dispôs a ser entrevistado colaborando com essa pesquisa, cujo teor da entrevista é constante do **Apêndice III – Entrevista com José Marianno Carneiro da Cunha Filho**.

Cabe elucidar que a reunião destas fontes e a seleção dos autores mobilizados, como se verá, caracterizaram-se como uma soma, permitindo-nos um estudo acerca do tema através de um prisma amplo e nos proporcionando ao seu final um novo horizonte e portas para novos caminhos acerca desta temática.

Destarte, o debate em questão iniciou em meados da década de 1920 perdurou até a metade da década de 1940, época do falecimento de José Marianno Filho. Portanto, durante

quase trinta anos houve um embate que teve repercussões para a Arquitetura Brasileira o qual se procurou levantar no decorrer das pesquisas para a concepção desta monografia.

2. Apresentando José Marianno Filho: sua história e suas leituras

2.1 Sua história

José Marianno Carneiro da Cunha Filho nasceu em 13 de Abril de 1881 em Pernambuco em uma espécie de fazenda denominada Solar Monjope próxima à cidade de Recife, e faleceu em 05 de junho de 1946 na cidade do Rio de Janeiro. Formou-se em Medicina no início do século XX na atual Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ), mas nunca clinicou, antes, passou a estudar as Ciências Naturais e, sobretudo o que dizia respeito às abelhas do Brasil. Posteriormente, enveredou a estudar a arte, a arquitetura e o urbanismo até o fim de sua vida, recebendo condecorações diversas por conta dessa atividade. Seus trabalhos no estudo da arte, da arquitetura e da cidade foram de suma importância para a História da Arquitetura Brasileira; seus escritos, tanto em publicações textuais quanto seriadas, nos levam a um período de transição da produção de arquitetura no qual José Marianno se envolveu com demais estudiosos e acadêmicos do período estabelecendo uma discussão basilar para o entendimento das manifestações urbanas e artísticas dos séculos XIX e XX.



Figura 01: Retrato de José Marianno Carneiro da Cunha Filho
Fonte: www.dezenovevinte.net

Algo que julgamos muito importante para a compreensão das atividades de José Marianno Filho, e que, ao mesmo tempo se mostrou uma relevante estratégia de entendimento de sua trajetória, foi a confecção de uma cronologia, conforme constante do **Apêndice I – Cronologia de José Marianno Filho**.

De acordo com o citado anteriormente, foi possível estabelecer contato com os descendentes de José Marianno Filho, no Rio de Janeiro. Este contato permitiu a realização de uma entrevista com seu neto, o senhor José Marianno Carneiro da Cunha Filho (ver **Apêndice I – Entrevista com José Marianno Carneiro da Cunha Filho**), que pôde elucidar melhor a trajetória do avô.

A entrevista nos permitiu angariar informações importantes tal como a inserção de José Marianno nas empresas do sogro, o Conde Siciliano, que possuiu uma gama de empresas dentre elas uma empresa de Enxadas estabelecida no município de Jundiaí em São Paulo, a *Cia Mechanica e Importadora de São Paulo – Fabrica de Enxadas*.

A Cia Mechanica e Importadora de São Paulo – Fabrica de Enxadas foi fundada em 1897 pelo imigrante italiano Alexandre Vincenzo Siciliano, mais tarde conhecido como Conde Siciliano e, também, pelo seu irmão Francesco Siciliano. Essa empresa se situava no município de Jundiaí no terreno que atualmente abriga a empresa Sífco S.A. Os irmãos também fundaram o Banco Ítalo-Brasileiro no mesmo ano e contaram com diversos acionistas da elite paulista.



Figura 02

Cia Mechanica e Importadora de São Paulo, 1940
Fonte: Sífco Participação Ativa no Desenvolvimento Industrial Brasileiro – Sífco SA (2008)

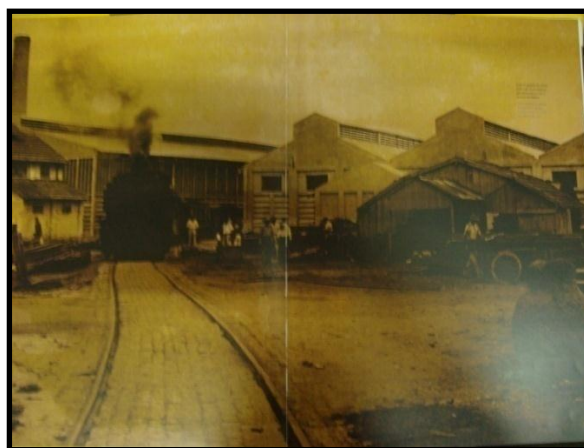


Figura 03

Interior da Cia, 1940
Fonte: Sífco Participação Ativa no Desenvolvimento Industrial Brasileiro – Sífco AS (2008)

A Fábrica de Enxadas encerrou suas atividades na década de 1950, mas possuiu relevante importância no cenário econômico paulista. Na Figura 02 podemos observar um ramal férreo ligado à fábrica, evidenciando a envergadura do empreendimento.

Na década de 1950 a família Siciliano vende a Cia Mechanica e Importadora de São Paulo para duas empresas norte-americanas, a *American Brake Shoe Co. e Steel Improvement Forge Co.* resultando na criação de uma empresa no ramo automobilístico, assim, no ano de 1958 nasce a empresa Sífco S.A. O nome Sífco advém das iniciais da empresa norte americana *Steel Improvement Forge Co.*

Alexandre Siciliano teve duas filhas e dois filhos. A filha mais nova, Violeta Siciliano se casou com José Marianno Filho em 1908, tornando-o, dessa forma, membro do rol de acionistas das empresas da família de sua esposa.

Siciliano casara com Laura de Melo Coelho, depois condessa Siciliano, e teve dois filhos e duas filhas. A mais nova desposou um membro da família Marianno, e a mais velha, o barão José Smith de Vasconcellos, cujo primogênito foi Alexandre Rodolpho Smith de Vasconcellos, por muitas décadas diretor da Sífco. (SÍFCO S.A., 2008, p.26)

Algumas considerações devem ser expostas neste momento. Há nos estudos relativos a José Marianno Filho, certa sugestão, de que sua atividade de colecionador de arte e mecenas do Neocolonial advinham da fortuna familiar. Pelo descoberto, grande parte dos recursos financeiros empregados por José Marianno vieram dos negócios do Conde Siciliano. Com relação a isso, intrigou-nos o fato de termos localizado uma publicação de 1911 da lavra de José Marianno, explicitando seu vínculo com a pesquisa zoológica, e, apenas quase 10 anos depois, em 1920, uma nova publicação de sua pena. Parece-nos, então, que é pertinente perguntar: por qual motivo se deu um intervalo de aproximadamente 10 anos entre uma publicação e outra de José Marianno? Acredita-se que nessa década José Marianno esteve engajado com as empresas da família, atividade que viria a lhe proporcionar capital para financiar as futuras viagens em prol da arte e da arquitetura, e demais atividades de colecionismo e financiamento artístico.

2.2 Leituras de José Marianno Filho

Para entender um pouco mais acerca das referências que nortearam os escritos de José Marianno, procurou-se entender quais “esquemas historiográficos” foram mobilizados por

José Marianno Filho. De fato, convém explicar que mais do que realizar um estudo de Teoria da História da Arquitetura, tentou-se compreender os diálogos de José Marianno, ou seja, por meio de suas citações compreender quem ele lia e o que reproduzia em seus escritos.

Assim, a partir da reunião das publicações de Cunha Filho pôde-se elucidar a contribuição que seus trabalhos ofereceram à Historiografia da Arquitetura Brasileira, pois suas publicações não só alavancaram um debate acalorado contra o Modernismo e em defesa de uma Arquitetura Tradicional no Brasil com os estudiosos do campo de sua época, mas também delinearam bases para um estudo historiográfico sobre a arquitetura e a arte do século XIX, que até então pouco tinha sido estudado e, que José Marianno recupera, valendo-se da produção bibliográfica de autores como John Luccock, Adolf Varnhagem e de Oliveira Vianna.

Torna-se importante, todavia, pontuar no tempo e no espaço o deflagrador do movimento que veio a projetar José Marianno Filho como crítico, - o Neocolonial. Para tanto, apresentaremos considerações sobre aquele que deu bases para o discurso de José Marianno sobre o século XIX: Ricardo Severo.

2.2.1 Ricardo Severo e o Neocolonial

Ricardo Severo da Fonseca e Silva nasceu em 1869, em Lisboa, mas foi criado na cidade do Porto, onde se formou Engenheiro Civil de Obras Públicas e de Minas, na Academia Politécnica, em 1890-91. Estudado no Brasil por Joana Mello, no livro *Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira*, seu estudo foi de fundamental importância, uma vez que a historiografia atribui a ele a deflagração da arquitetura “Neocolonial” no Brasil. A divulgação tida como oficial, desse movimento, se deu por meio de uma conferência proferida na Sociedade de Cultura Artística de São Paulo, em 20 de julho de 1914, de nome *A Arte Tradicional no Brasil: a Casa e o Templo*. Nesta conferência Ricardo Severo expôs a necessidade de que o Brasil recuperasse sua trajetória arquitetônica “*interrompida no século XIX*”. Afirmava que a ação a ser tomada era a de reinterpretar e de revalorizar a arquitetura de origem portuguesa, realizada por lusitanos, no país, durante o período colonial. Como pontuou Ricardo Marques de Azevedo, “*em resumo, o que Ricardo Severo afirmava era que a cultura autóctone que existia em terras brasileiras, por sua insipiência e primitivismo, não tinha a força suficiente para fundamentar uma arte de caráter nacional*” (AZEVEDO, 1994, p. 249).

O livro de Mello está dividido em três capítulos, o primeiro aborda a crise portuguesa na segunda metade do século XIX, desencadeada, sobretudo com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, a perda da Colônia e, consolidada na segunda metade do século XIX com o advento da indústria, embora Portugal tenha se mantido atrasado em relação a outros países, pois, segundo Joana Melo “*a instabilidade econômica e financeira que abalava o país tinha raízes não só na crise colonial, mas também na introdução do capitalismo em vastas áreas do meio rural português.*” (MELLO, 2007, p.26).

É nesse cenário português que se encontra Ricardo Severo e, que, iniciará sua atuação artística no “*IX Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica, realizado em Lisboa em 1880*”. Nesse mesmo ano houve uma redução na população portuguesa em virtude da imigração para o Brasil, e também ocorreram manifestações da população contra o poder monárquico exercido em Portugal (MELLO, 2007, p. 28).

Na segunda parte do primeiro capítulo Melo realiza uma análise do teor acadêmico e profissional de Ricardo Severo e sua transição de Portugal ao Brasil elencando todo o processo da construção de sua importância como, segundo a autora, “precursor do Neocolonial”.

Ricardo Severo foi exilado, em 1898 por fazer parte dos revoltosos portugueses, e sua estadia no Brasil lhe rendeu uma sociedade com Ramos de Azevedo, até mesmo em virtude de ambos se casarem com duas irmãs, que advinham da família de Santos Dumont.

O seu renome enquanto mestre da arquitetura tradicional no Brasil, além do mais, somaria-se à atuação profissional destacada ao lado de Francisco de Paula Ramos de Azevedo (1851-1928) no âmbito de seu requisitado Escritório Técnico, da Companhia Iniciadora Predial e do Liceu de Artes e ofício de São Paulo. Na contramão especializada, se Ramos de Azevedo é retratado como companheiro da causa tradicionalista, Severo a ele podia ser igualado na transformação da fisionomia arquitetônica da antiga vila de Piratininga. Renovação eclética do cenário urbano e campanha em prol das artes tradicionais surgindo como atividades simultâneas em sua obra arquitetônica. (MELLO, Joana, 2007, p. 17)

Nesse ínterim Severo se dedicará nos estudos da Arquitetura Tradicional no Brasil, o Neocolonial, que será defendido por José Marianno como Arquitetura Tradicional, dando a Severo um pioneirismo no assunto que seria seguido por José Marianno.

Sendo assim, houve certo paralelismo entre Severo e José Marianno Filho e, um fato curioso, é que além da discussão do Neocolonial, Severo e Marianno Filho se voltaram,

ambos, aos estudos de Ciências Naturais. Severo na Revista de Ciências Naturais e Sociais, que pertencia à Sociedade Carlos Ribeiro. Nessa Revista, Ricardo Severo escreveu 16 artigos e também atuava como editor, diretor e, também proprietário. José Marianno, ao final da primeira década do século XX, publicou seu primeiro livro, o *Ensaio sobre as Melipondas do Brasil*, em 1911.

Fernando Atique, em texto apresentado no Colóquio Sonho e Razão, em 2010, de nome “*Formas que (Não) Unem: a arquitetura neocolonial e o estilo missões nas visões de José Marianno Filho e Ricardo Severo*” argumentou que:

Existe, na historiografia que trata do neocolonial na arquitetura, certa condescendência com a exegese do discurso de Severo. Quase nunca se fala que a arquitetura por ele pretendida era estrangeira ou exógena, apesar das manifestações explícitas e implícitas de que o fundo repertorial para a feição da arquitetura da antiga colônia portuguesa era o Porto, e não Ouro Preto. Há, também, um gap entre o marco julgado como inicial – a conferência de 1914 – e a efetiva difusão do movimento, a qual, sem dúvida, se deu no Rio de Janeiro, com José Marianno Filho e com os arquitetos que em torno de si gravitaram. (ATIQUE, Fernando, 2010, p.4).

Aproveitando tal argumentação, convém mostrar, contudo, que Severo foi influenciador do discurso e da atividade de José Marianno, servindo, então, como certo referencial discursivo também, embora, ao longo da década de 1920 e, sobretudo na de 1930, os discursos se distanciassem, como aponta, mais uma vez, Atique:

A não-incorporação de Severo ao rol dos estrangeiros que produziam discursos e “arquiteturas exóticas” deve ser compreendida pela “maturação” de seu discurso, entre 1914 e 1922. Durante esses anos Severo foi explicitando, com mais apuro, a ideia de que a raça brasileira era tributária direta do mundo português, e que o recuperar das ligações artísticas com Portugal não era um demonstrativo de uma atitude de dominação ou a assinatura de um atestado de dependência, mas, sim, o retirar da arquitetura brasileira “de um período de decadência” cujo despertar se mostrava tardio. (ATIQUE, Fernando, 2010, p.5).

2.2.2 John Luccock

John Luccock nasceu em abril de 1834 e faleceu em maio de 1913 na Inglaterra, veio ao Brasil em 1808, onde permaneceu por dez anos exercendo o comércio e, também, observando a terra, tendo a prática, como os diversos viajantes da época, de anotar todas as suas observações em diários. Suas anotações resultaram em livros, sendo utilizados por

historiadores e autores de outras áreas que estudaram o século XIX. Dentre os leitores de Luccock está José Marianno Filho que se valeu de seus escritos para compor suas publicações.

Dentre as obras em que José Marianno se valeu de Luccock para melhor compreensão dos aspectos do Rio de Janeiro colonial vemos: *Estudos de Arte Brasileira, 1942*; *Os três Chafarizes de Mestre Valentim, 1943*; e, *Influências Muçulmanas na Arquitetura Tradicional Brasileira, 1943*.

2.2.3 Francisco Adolf Varnhagen

Francisco Adolf Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, foi um importante historiador brasileiro, nascido em 17 de fevereiro de 1816 na cidade de São João de Ipanema, próximo a Sorocaba, e falecido no dia 26 de junho de 1878 na cidade de Viena, no Chile. Seu primeiro trabalho dentro da História do Brasil foi *Notícia do Brasil*. Suas obras possuíam grande teor descritivo, o que muito contribuiu para a historiografia, ou seja, os escritos de Varnhagen serviram como importante fonte para os historiadores posteriores a ele, pois os dados apontados por ele em suas obras servem de referência para obras e publicações de vários autores do século XX, inclusive de José Marianno. Varnhagen foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838 e exerceu o cargo de primeiro-secretário e recebeu o título de Historiador com a obra *História Geral do Brasil*, publicada em dois volumes, em 1838.

José Marianno faz menção de Varnhagen na obra *Os Três Chafarizes de Mestre Valentim, 1943*.

2.2.4 Oliveira Vianna

Outro autor de suma importância, que muito caracteriza as obras de José Marianno é Oliveira Vianna. Francisco José de Oliveira Vianna, nasceu em Saquarema no dia 20 de junho de 1883 e faleceu em Niterói, no dia 28 de março de 1951. Vianna formou-se em Direito em

1906, no Rio de Janeiro, e foi membro da Academia Brasileira de Letras e, também, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Sua produção foi marcada por grande inclinação social, às vezes sociológica, e está contida nas obras de José Marianno. Além desses escritores, José Marianno se valeu de pintores viajantes que percorreram o Brasil no século XIX e contribuíram com suas pinturas para uma leitura do Brasil do século XIX. Embora, levantando polêmica acerca da *veracidade* e da *semelhança* das representações gráficas desses viajantes com o que existia no período, no território do Brasil, José Marianno se valeu de suas aquarelas, desenhos e anotações visuais para tecer histórias e argumentações diversas em seus escritos.

Apresentados os principais autores com os quais José Marianno Filho dialogou, passaremos, então, a uma sistematização dos artigos e livros de José Marianno Filho.

2.3 Produções Textuais e Seriadas de José Marianno Filho

A fim de reunir as obras de José Marianno Filho, tanto publicações textuais, quanto publicações seriadas, foram elaboradas duas planilhas descritivas, uma, fazendo menção às publicações textuais e, a outra, às publicações seriadas, conforme constante do **Apêndice II – Planilhas Descritivas das Produções Seriadas e Textuais**.

Houve a preocupação de inserir nessas planilhas todas as obras de José Marianno encontradas e, além disso, procuramos expor o conteúdo específico a respeito do século XIX.

Esse método utilizado para elencar as produções textuais e, também, as produções seriadas facilitam o entendimento no que diz respeito às publicações do personagem, a descrição do conteúdo e, também, nos permite uma melhor visualização do conteúdo abordado por José Marianno que remetia ao século XIX.

A Planilha Descritiva de Conteúdo Textual (livros publicados por José Marianno), além de facilitar a compreensão das obras de José Marianno, nos possibilitou a elaboração de três gráficos, que nos oferecem suporte para melhor elucidar as temáticas (Arte, Arquitetura e Cidade) e, também, para explanar o conteúdo do século XIX e XX estudado por José Marianno Filho.

As obras do referido autor totalizam 94 publicações, sendo 11 publicações textuais (livros) e 83 publicações em jornais (seriadas).

O gráfico abaixo aponta as obras de José Marianno no período que compreende 1911 e 1946 e tem o objetivo de mostrar, quantitativamente, os escritos de José Marianno. As colunas em azul representam as publicações seriadas de José Marianno e as informações numéricas dessas produções estão no eixo esquerdo do gráfico. As colunas em vermelho representam as produções textuais e as informações numéricas estão no eixo direito do gráfico.

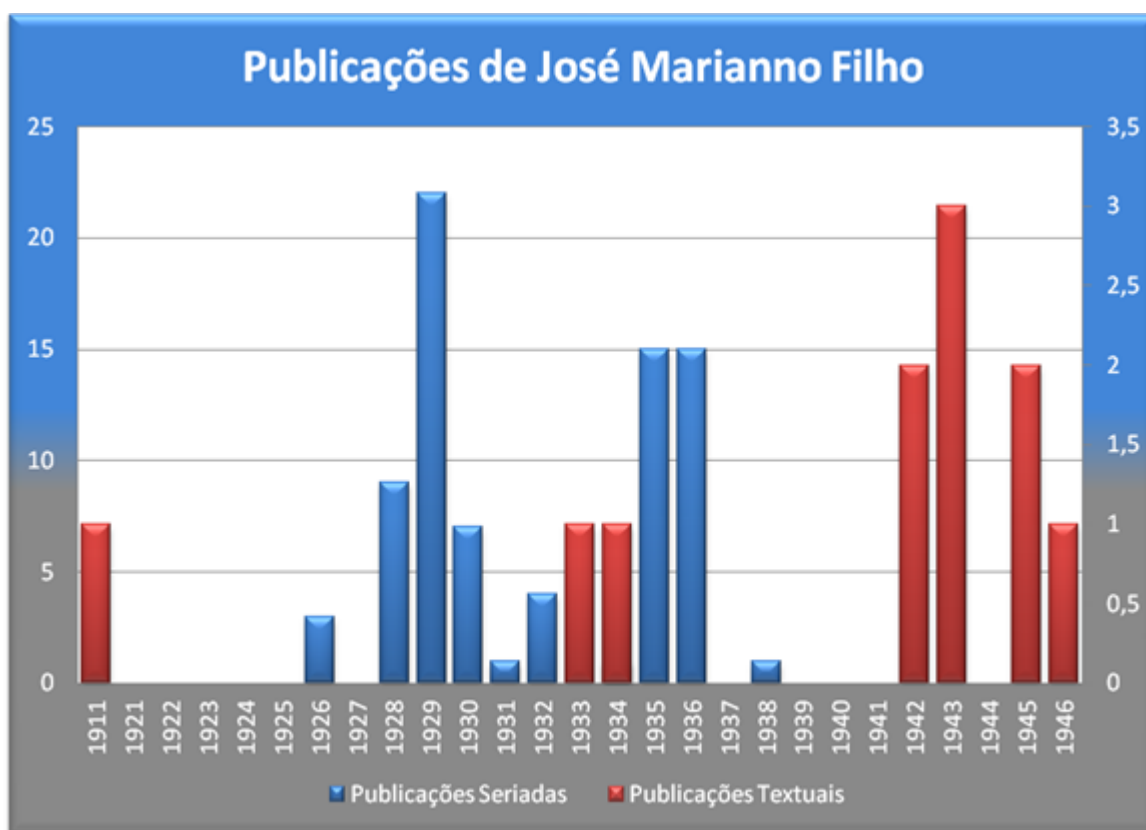


Gráfico 01: Quantificação das Publicações Seriadas e Textuais de José Marianno Filho no período de 1911 até 1946. Elaboração: Wilson Ricardo Mingorance, 2011.

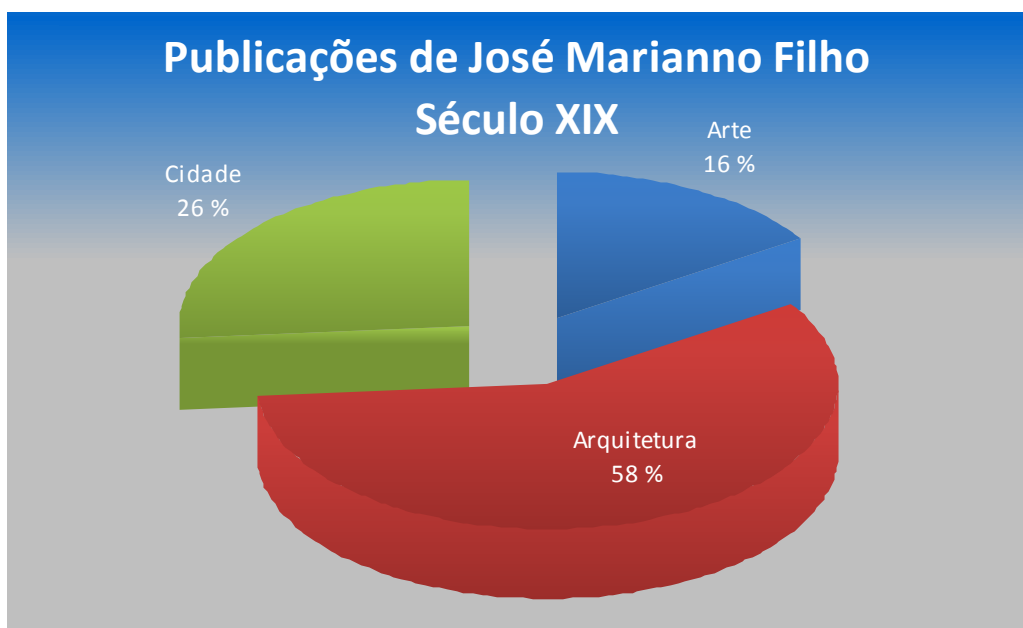


Gráfico 02- Percentual do tema abordado pelas Publicações Seriadas e Textuais de José Marianno Filho no Século XIX. Elaboração: Wilson Ricardo Mingorance, 2011.

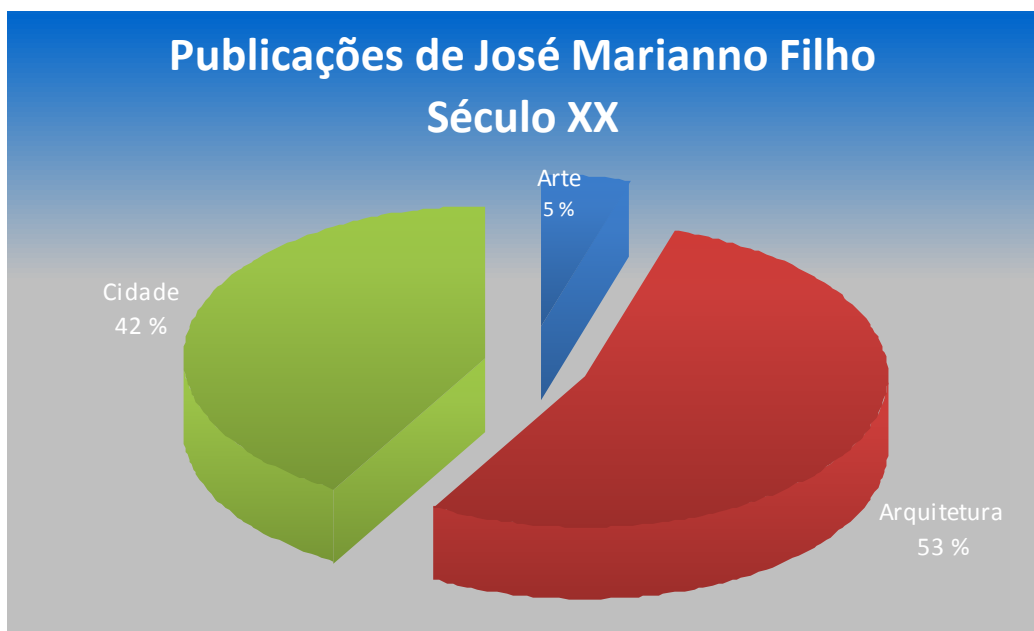


Gráfico 03- Percentual do tema abordado pelas Publicações Seriadas e Textuais de José Marianno Filho no Século XX. Elaboração: Wilson Ricardo Mingorance, 2011.

Muitas das publicações de José Marianno Filho encontradas, sobretudo nos jornais, permitem conhecer as polêmicas suscitadas por ele. Duas delas, contudo, se tornaram de importância capital não apenas para seu deflagrador, mas, também, para os rumos da historiografia da arquitetura brasileira. Uma delas aconteceu, exatamente, com Lucio Costa, a quem José Marianno apelidou de antigo cadete do Neocolonial. A outra, José Marianno travou com Carlos Sampaio, antigo prefeito do Distrito Federal (Rio de Janeiro), e rendeu um livro homônimo aos artigos: “*Urbanite Aguda*”.

Convém pontuar mais detidamente estes embates.

3. Polêmicas Mariannas

3.1 Neocolonial e Modernismo

A palavra “*neo*” é de origem grega, cujo significado é *atualizado*, sendo assim, a arquitetura defendida pelos adeptos do Neocolonial se remetia a atualização do Neocolonial, ou seja, a estética era a mesma da Arquitetura Colonial, porém, os materiais eram diferentes e o período era outro, mas, em linhas gerais, o que se tentou fazer no período Neocolonial foi o retomar da estética da Arquitetura Colonial, porém, com adaptações e, foi justamente, essa “*recriação*” ou “*atualização*” que foi criticada por muitos pensadores que iam contra o movimento, cuja crítica permeava no seguinte julgamento: se esse o período é outro e há somente a tentativa de imitar um determinado período, não há originalidade nessa ação, logo o movimento em questão não pode retratar a identidade nacional, que tanto se buscou, ou seja, buscou encontrar uma Arquitetura Tradicional, sendo assim, a palavra “*tradição*” também deve ser pensada.

A palavra “*tradição*” retrata um costume que advém do passado e que deve ser respeitado ou preservado, conservado. Sendo assim, é interessante pensar que, embora José Marianno tenha sido um dilatante do Neocolonial, a palavra “Neocolonial” não lhe agradava, antes preferia o termo Arquitetura Tradicional Brasileira e da mesma forma ocorreu com Lucio Costa, propugnador do Modernismo, mas que era contra a terminologia utilizada

(Conservador) sim, por temperamento, e nesses termos só não gosto mesmo de conservar a doença, mas, quando constato que está tudo errado, sou revolucionário. Não sou, jamais fui, modernista. Aliás, tenho horror a esse conceito que me soa falso, mas sempre participei dos movimentos de renovação válida. Fiquei ao lado dos modernistas brasileiros, mas achava a nomenclatura inadequada, e esse lado meramente “progressista” gratuito não me agrada... eu sou a tradição. (apud SANTOS, 2009)

O Neocolonial e o Modernismo tinham algo em comum, a busca pelo que representava a identidade nacional, porém, enquanto o Neocolonial se pautava na *estética*, o Modernismo se pautava pela técnica, conforme nos mostram a autora Maria Lucia Bressan Pinheiro e, também, o arquiteto Otávio Leonídio, autores que abordaremos ainda nesse capítulo.

Contudo, para melhor compreensão dos meandros que nortearam os prós e os contras do movimento neocolonial e modernista, sobretudo como a caracterização do termo

“*neocolonial*” foi posto na prática, estudar acerca da obra de Paulo César Garcez Marins, *Trajétórias de preservação do patrimônio cultural paulista*, nos ofereceu bases para sustentar esse debate, pois, o autor aborda acerca do desprestígio da preservação do patrimônio paulista pelos responsáveis do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 13 de janeiro de 1937, passando a ser denominado, em 1946, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) e, em 1970, se tornou o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Como o movimento modernista estava sob os mandos do Estado Novo e, também, faz uma análise do Neocolonial em São Paulo, propagado por Ricardo Severo e como este movimento não auxiliou na preservação dos patrimônios.

Acerca dos modernistas, Marins aborda que no intuito de descobrir o Brasil um grupo de modernistas de São Paulo viajam até Minas Gerais no ano de 1924 acompanhados do poeta francês Blaise Cendrars, a saber: Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral e Olívia Guedes Penteadó.

Essas viagens e as formas de produção dos modernistas desse período se deram em virtude de neles estar intrínseco o desejo de descobrir no passado a verdadeira essência brasileira.

Mário de Andrade era o guia dessas viagens e o cerne de suas admirações eram os patrimônios coloniais, sobretudo no que tangenciava a arquitetura religiosa, porém, nos anos de 1928/1929 Mário altera seu foco para as músicas e falas populares da Amazônia e Nordeste e se debruça nos estudos das expressões culturais populares e descobre um Brasil fora de São Paulo.

Durante esse período do apogeu dos modernistas que seguiu entre as décadas de 1920, 1930 e 1940, cujo cenário político era gerido pelo governo Vargas e com o surgimento do SPHAN, esses intelectuais modernistas se debruçaram na busca do “país” e sua identidade nacional, esse foi um período, que estes pensadores negaram ao “estrangeirismo”, a fim de encontrar os restos do Brasil colonial, que em “São Paulo eram poucos e modestos” (MARINS, 2008, p. 139).

Em São Paulo muito do que se restou no quesito colonial foram as técnicas construtivas de taipa de pilão, o que permaneceu como sendo valoradas pela união, por ser o resqúcio colonial e que merecia atenção para a preservação.

Porém, enquanto esses pensadores se debruçavam apenas em uma técnica do que deveria ser preservado, ao longo do século XX se perdia uma série de outros patrimônios, que mereciam atenção. Marins os elenca:

- Fazendas;
- Indústrias e Vilas Operárias;
- Casarios urbanos;
- Festas e Estações Ferroviárias.

Marins elucida que a preservação de determinados patrimônios e os critérios para a proteção desses bens eram consolidados a partir da vertente do Estado.

Nesse sentido, a preservação do patrimônio consolidou-se como uma questão do Estado, pautada por ações, afinal, pouco representativas da complexidade paulista e que espelharam com dificuldade as demandas sociais relativas aos suportes da memória social. Essa oposição difícil é outros dos vieses de debate que este texto privilegia. (MARINS, 2008, p. 139)

Sendo assim, Marins irá abordar as vertentes existentes entre os últimos 40 anos, cujo objetivo era rever os antigos parâmetros estabelecidos no período dos modernistas e como a historiografia desses últimos 40 anos contribuiu para um novo viés no que tange a preservação.

No entanto, tanto Marins quanto a autora Maria Cecília Londres Fonseca seguem concomitantes ao elencar os critérios do SPHAN para a seleção de patrimônios que deveriam ser preservados, sendo:

- 1) Barroco, sobretudo os pertencentes à “mancha urbana de Ouro Preto”;
- 2) Bens que caracterizam o período colonial, sobretudo igrejas e, em específico templos católicos;
- 3) Arquitetura Moderna;
- 4) Arquiteturas de Oscar Niemeyer.

Ademais, Maria Cecília também mostra que os modernistas apontavam o “estilo eclético” ou o “neocolonial” como sendo a “ovelha negra da arquitetura brasileira” (FONSECA, 1937) e continua discorrendo acerca dos critérios de constituição do patrimônio para o SPHAN, sendo:

1) “O principal instrumento de legitimação das escolhas realizadas era a autoridade dos técnicos, sendo desnecessário formular justificativas mais elaboradas;

- 2) *Prevaleceu nitidamente uma apreciação de carácter estético, baseada nos cânones de arquitetura modernista;*
- 3) *A consideração do valor histórico dos bens não era objeto de maior atenção, a não ser relativamente à autenticidade das fontes;*
- 4) *Na verdade, a prioridade era assegurar a proteção legal dos bens através de sua inscrição nos Livros do Tombo, ficando em segundo plano a questão do critério nas inscrições.”*
(FONSECA, 1997)

Mediante todos esses critérios apontados acima, o que não denota nenhum tipo de imparcialidade na vertente dos modernistas, era o respaldo que os referidos modernistas utilizavam para definir a Arquitetura Tradicional Brasileira, porém, essa definição que traduzia uma identidade nacional também era tida através de outra vertente, o Neocolonial, sobretudo nas pessoas de Ricardo Severo e José Marianno Filho.

Essas duas vertentes acabaram promovendo um debate acalorado acerca da arquitetura e da arte entre as décadas de 1920, 1930 e 1940.

Porém, os modernistas tinham o apoio do Estado Novo, já que a vertente dos intelectuais muito interessava o Estado, tanto, que muitos foram os patrimônios demolidos de graus importantes, mas não foram aprovados no crivo do SPHAN como patrimônios para a proteção. Portanto, o Estado utilizava os intelectuais para propagarem o ideal de nação e, também, não ouvia a opinião pública, somente os intelectuais, que os representava.

Sendo assim, o SPHAN estava dentro de um Estado autoritário e centralizador e intelectuais e governo getulista tinham uma harmonia que destinava no projeto nacional do governo.

Para Marins, embora os modernistas tenham tido um trabalho no que tange aos estudos da preservação, “a atribuição de valor positivo aos remanescentes arquitetônicos do período colonial já se iniciara em São Paulo desde a década de 1910.” (MARINS, 2008, p. 140), sendo o português Ricardo Severo o propugnador da “Arquitetura Tradicional” brasileira.

O trabalho de Severo permitiu que a elite do período encomendasse casarões ao estilo arquitetônico barroco, cuja suntuosidade da arquitetura traduzia a identidade brasileira.

Segundo Marins, muitos foram os países da América Latina que aderiram essa arquitetura, denominada “arquitetura neocolonial” e esse sentimento se deu em virtude do desejo de evocar a identidade nacional, uma vez que a maioria dos países da América Latina cumpriu na primeira metade do século XX os seus centenários de Independência.

Porém, para o autor, essa suposta “tradição” Neocolonial apresentava um problema, pois, muitos edifícios coloniais no períodos foram demolidos para que em seus lugares fossem erigidos outros edifícios que caracterizaram uma “arquitetura tradicional”, a fim de “inspirar essa revivescência, como por exemplo

[...] O novo edifício da Faculdade de Direito, erguido a partir de 1934 no largo de São Francisco sob projeto do próprio Severo, é revelador do quanto as elites dirigentes paulistas haviam acolhido a proposta do arquiteto português... o referido prédio da Faculdade de Direito, por exemplo, foi erguido mediante a derrubada do antigo convento franciscano e de suas taipas setecentistas[...] (MARINS, 2008, p. 142).

Portanto, para Marins, a “arquitetura tradicional” feita pelo movimento neocolonial foi ineficaz e coube aos modernistas uma efetivação no que tange à proteção dos patrimônios coloniais.

No entanto a autora Maria Lúcia Bressan Pinheiro em sua obra *Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no debate Cultural dos anos 1920 no Brasil*, enfatiza a importância do estudo da “tendência” que representou o Neocolonial no Brasil entre as décadas de 1920 e 1930, estando presente nos cursos de arquitetura e elucida o quão esse movimento foi mais aceito no Rio de Janeiro do que em São Paulo.

A nova dimensão alcançada pelo Neocolonial à medida que avançava a década de 1920 nos leva a pensar sobre o grau de institucionalização da nova tendência, no âmbito do ensino da arquitetura. Este, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, estava, como se sabe, fortemente condicionado aos preceitos clássicos dos tratados renascentistas e suas revisões oitocentistas realizadas pelos mestres da Beaux-Arts (Guadet, Cloquet etc.). Em tal contexto, a penetração do Neocolonial nos cursos de arquitetura existentes deu-se em dois níveis: pela inserção do estilo nos cânones compositivos preconizados pela escola; e/ou como fomentador de pesquisa e documentação sobre a arquitetura colonial brasileira, inclusive através da criação de cadeiras específicas – de vez que, de acordo com a perspectiva adotada, a emergência do Neocolonial está intrinsecamente ligada ao reconhecimento da arquitetura brasileira dos primeiros séculos como manifestação artística digna de estudo. Como já se sabe, no Rio de Janeiro, na década de 1920, o único curso de arquitetura existente era ministrado na Escola Nacional de Belas Artes... Em São Paulo, formavam-se engenheiros-arquitetos no Curso de Arquitetura... que não apresentava abertura institucional alguma para o Neocolonial. (PINHEIRO, 2011, p. 155).

Bressan aponta no trecho acima citado a importância que o Neocolonial exerceu e, também, elucida em sua obra que essa relevância também foi propagada por Lucio Costa.

Não vou ao extremo de achar que já devíamos ter uma arquitetura nacional. [...] Devíamos, porém, ter tomado, e isso há muito tempo, uma diretriz, e iniciado a jornada aceitando como ponto de partida o passado que, seja ela qual for, bom ou mau existe, existirá sempre, e nunca poderá ser apagado. Para que tenhamos uma arquitetura logicamente nossa, é mister procurar descobrir o fio da meada, isto é,

recorrer ao passado, ao Brasil- colônia. Todo esforço nesse sentido deve ser recebido com aplausos. (apud PINHEIRO, 2011, p. 183)

Contudo, observa-se no aspirante a arquiteto a inocência e superficialidade em seu discurso, embora denominado por José Marianno de “cadete da arquitetura tradicional”, e de fato era, os escritos de Lucio Costa não nos deixa mentir acerca de sua apologia ao Neocolonial, porém, as fontes também nos revelam uma empolgação, característica de um estudante que parecia acabar de vislumbrar algo novo e, talvez, as viagens, os concursos (promovidos por José Marianno) enchiam os olhos de Lucio e o ofereciam inúmeras expectativas, porém, pareceu nunca defender com profundidade a sua vertente “tradicionalista”, segundo nos mostra o autor Otávio Leonídio em sua obra *Carradas de Razões, Lucio Costa e a arquitetura moderna brasileira*

Lucio Costa parecia dar sinais de que se afastava definitivamente de um movimento (o neocolonial) que jamais abordara de maneira minimamente consistente (se é que abordou de todo) a questão técnica e que, conforme desenhado por seu principal ideológico, jamais concebera o estilo arquitetônico brasileiro senão em termos literários e retóricos. (LEONÍDIO, 2007, p. 50)

Leonídio sustenta uma de nossas hipóteses desta monografia, o fato de Lucio Costa possuir tenra idade, assim como os outros arquitetos modernistas do início da década de 1920, e ter ficado, a princípio, encantado com o ideário de José Marianno, porém, bastou uma viagem em fins do ano de 1926 para a Europa e estabelecer contato com o arquiteto francês Le Corbusier para se encantar por um novo movimento, o Modernismo.

3.2 O embate de José Marianno Filho e Lucio Costa

Ao debruçar sobre as fontes que nos mostram acerca do embate entre José Marianno e Lucio Costa, chega-se a pensar que se os dois não tivessem se conhecido e tido um vínculo próximo como sabemos ter ocorrido, talvez, as contestações não teriam discurrido com tamanha força, pois, como visto anteriormente Lucio demonstrava sua afeição a José Marianno e à sua defesa ao Neocolonial, a ponto de ter sido denominado por Marianno como “*o mais valoroso cadete da esquadra tradicionalista*”, ou seja, se Lucio permitiu que Marianno oferecesse esse título, com certeza deu motivos fortes para ser merecedor de tal, afinal, não fazia parte do perfil de José Marianno querer converter Lucio ao Neocolonial a força, muito pelo contrário, se Lucio não tivesse demonstrado afeição ao movimento, ele não

teria sido reconhecido por Marianno em seu curso de Arquitetura e nem mesmo seu nome teria sido cogitado para viajar para Diamantina, a fim de efetivar um levantamento sobre os documentos históricos da arquitetura do local e, tão pouco, teria sido premiado em alguns concursos se os seus projetos não representassem a arquitetura tradicionalista.

Portanto, Lucio Costa foi um adepto do Neocolonial declarado e ao passo que se colocou como defensor do movimento modernista e rompeu com todas as tradições do passado (característica dos modernistas), bastou para que José Marianno passasse a acompanhar seu trabalho com lupa insurgindo publicamente acerca desse movimento que, segundo Marianno, não traduzia e nem representava a identidade nacional.

Diante do exposto, essa aproximação e, posteriormente, o distanciamento provocou, provavelmente, o aquecimento do debate, pois, a “*traição*” de Lucio Costa, como denominou José Marianno publicamente, suscitou os conflitos que percorreram as décadas de 1920, 1930 e 1940 entre o Neocolonial e o Modernismo.

Lucio Marçal Ferreira Ribeiro Lima Costa nasceu na França, na cidade de Toulon, no dia 27 de fevereiro de 1902, e faleceu no Rio de Janeiro, no dia 13 de junho de 1998, iniciou seus estudos na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), em 1920. No ano de 1930 se tornou Diretor da ENBA.

Na década de 1920 Lucio Costa e José Marianno tiveram um vínculo a ponto de ambos concordarem no que diz respeito de um Estilo de Arquitetura Tradicional, ou seja, havia possibilidade de constatar semelhanças entre os escritos de Lucio Costa com as opiniões de José Marianno, na década de 1920 (PINHEIRO, 2011).

Durante os primeiros anos de atividade profissional de Lucio Costa, José Marianno impulsionou sua carreira, chegando a comissioná-lo como um dos arquitetos que exploraria a cidade mineira de Diamantina, em 1924. Algo descoberto ao longo da pesquisa, sob guarda da Casa de Lucio Costa, no Rio, demarca o início do contato de José Marianno e Lucio Costa. Trata-se de um pequeno convite para um encontro:

*VIA.02-01378 Carta de José Mariano Filho a Lucio Costa
Rio, em 6 de Set. 923*

Senhor Lucio Costa

Desde que o sr. Concorreu aos certames do Inst. Bras. de Arquitetos que eu tenho desejo de conhecê-lo pessoalmente para trocarmos impressões. Não só pedi ao Lucílio como também ao Rod. Chambelland. Entretanto ainda não nos encontramos!

*Teria prazer se o sr. Pudesse vir à nossa casa no primeiro domingo 9 do corrente, às 3 h. da tarde. Assim poderíamos conversar.
Junto lhe remeto a cópia da carta remetida ao Instituto para o próximo certame. Ele me parece o mais interessante de todos, pois o “colonial” precisa de grande massa e robustez.
Cria-me seu adm.or at.
José Marianno Filho
Disponível em: <http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/1689?show=full>.*

Ainda, de acordo com Maria Lucia Bressan Pinheiro, Lucio se aventurou a escrever artigos que defendiam acerca da “arquitetura colonial brasileira”, tendo como objeto Aleijadinho, assim como José Marianno outrora havia em sua obra *Estudos de Arte Brasileira*, em seu artigo “*Lucio Costa exaltava aquilo que é essencial na arquitetura colonial brasileira, ‘o verdadeiro espírito de nossa gente’*”, assim Lucio pareceu estar afinado com o ideário do neocolonial, ou seja, “*para ressaltar o caráter coletivo da arquitetura colonial – à maneira de Severo –, investiu corajosamente contra o maior, e único, ícone então reconhecido da arquitetura colonial brasileira*” (PINHEIRO, 2011, p. 200).

Ademais, a autora mostrou que Lucio Costa pareceu somente escrever acerca do assunto por estar sob a égide de José Marianno Filho, mostrando assim a “*primeira manifestação de independência com relação às ideias de Marianno Filho, notório admirador do artista mineiro*”, além disso, a escrita de Lucio Costa e até mesmo as “*palavras não são muito diversas daquelas do próprio Marianno, dirigidas aos adeptos da tendência neocolonial*”.

Maria Lucia Bressan mostra que os artigos de Lucio Costa “*guardam grande proximidade com os escritos de José Marianno*”. Porém, como abordado acima, Lucio ainda aspirante à arquitetura, não parecia possuir uma personalidade definida, não parecia apresentar ideias maduras, parecia uma reprodução dos escritos de José Marianno, em suma, parecia uma empolgação efêmera, e foi.

Em sua viagem para Europa no final do ano de 1926, o que caracterizou uma aproximação com o movimento modernista que já havia surgido lá e, em dezembro de 1929, quando conheceu Le Corbusier em uma conferência na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), bastou para em um curto espaço de tempo ver toda sua pregação em favor do neocolonial se dissipar como fumaça e dar lugar à defesa do modernismo, o que de fato o fez.

A partir do momento em que Lucio Costa estabeleceu contato com Le Corbusier também conhecerá Gregori Warchavchik (arquiteto, nascido na Ucrânia no ano de 1896 e professor da ENBA no ano de 1931), com quem manterá mais tarde uma sociedade. Dessa forma, inicia seus artigos em defesa ao movimento modernista, porém, agora, os artigos

parecem ter ganhado corpo, não são superficiais e parecem expressar exatamente o ideário de Lucio Costa, o que imediatamente chama atenção de José Marianno que passará a investir contra.

Logo no final da década de 1920, Lucio Costa passou a se interessar pelas obras de artistas e arquitetos “modernos”, praticando uma nova referência de arquitetura, a que José Marianno nomeou de “arquitetura caixa d’água” por diversas vezes e ambos iniciam uma guerra de palavras.

De 1930, quando oficialmente rompem, por Costa assumir a direção da Escola Nacional de Belas Artes, convocando corpo de docentes alinhados à tendência moderna para ministrar aulas ao lado dos antigos professores até o fim da vida de Marianno, os dois experimentaram um distanciamento que tem como primeira ofensiva à demissão de Lúcio Costa da Escola de Belas-Artes.

Porém, esse conflito polêmico é passível de ser questionado e melhor analisado, pois de um lado José Mariano é acusado de racismo e xenofobismo e do outro Lucio Costa é acusado de traição e, nesta guerra, entre professor e aluno o Movimento Moderno adentra no cenário da arquitetura brasileira, tendo seu início em 1922 com a Semana da Arte Moderna, passando pelas Revoluções de 30 e a Segunda Guerra Mundial. Nesse ínterim Lucio Costa, ainda na Escola de Belas-Artes, busca nomes estrangeiros da arquitetura, despertando em José Marianno um descontentamento. O franco suíço Le Corbusier, trazido por intermédio de Lucio Costa, para assessorar a realização do Ministério de Educação e Saúde Pública, em meados da década de 1930, foi um dos que José Mariano criticou.

O sentido da tradição arquitetônica envolve sentimentos de pura espiritualidade racial, menos para os judeus, que não possuindo pátria, desprezam os sentimentos dos que as possuem, ou uma das maiores curiosidades dessa arquitetura apelidada ‘funcional’, é que a ‘função’ muitas vezes se exerce contra os próprios habitantes que se deixaram seduzir pelas frases mentirosas do judeu errante Le-Corbusier ou ainda o dano feito à cidade com as primeiras construções funcionais do judeu Warchavich. (apud MARIANO FILHO, 1996 p. 18-19).

O comportamento de José Mariano, perante os judeus, parece ter caráter antissemita, como visto no seu livro *À Margem do Problema Arquitetônico Nacional*. Pois, como explicar sua defesa da arquitetura de caráter das referências que ele defendia, mas a rejeição das referências judaicas?

Essa é uma questão de difícil resposta e merecedora de maiores pesquisas, embora, ao que parece, José Mariano não parecia ser tão afetuoso às novas tendências da arquitetura frente a seu tempo e, talvez, a construção do Solar Monjope seja o estereótipo da própria

concepção, que José Mariano defendia como arquitetura brasileira. Essa sua concepção de arquitetura brasileira era, talvez, o que ele queria que fosse mantida e as influências de outros arquitetos podiam fazer sucumbir o estilo que defendia.

Analisando a historiografia, parece que a tentativa de apagar a contribuição de José Mariano da historiografia da arquitetura brasileira era real. Foi Lucio Costa um dos defensores do Movimento Moderno e, também, quem não aprovava a ideia de um médico (em referência a José Mariano) ser um estudioso das artes da arquitetura. Foi Lucio Costa quem teve participação fundamental na demolição do Solar Monjope, na década de 70, e, sendo, o Solar Monjope uma referência ao Neocolonial de José Marianno. O próprio Solar, se tombado, seria a memória das contribuições de José Marianno para a arquitetura brasileira e da singularidade de sua ação.

José Marianno passa a escrever uma série de artigos deixando claro sua decepção acerca do “cadete Lucio Costa” e, também, seu desafeto pelo movimento modernista, ao passo, que Lucio só escreverá um artigo após a sua saída da ENBA, de acordo com o abordado por Otávio Leonídio.

O Sr. José Marianno [...] precisa ficar sabendo que, se eu saio da Escola aos seus olhos, como ontem declarou, com ‘cara de cachorro que quebrou a panela’, continua em compensação s. ex. aos olhos de toda gente com a mesma cara que sempre teve, ‘cara de cachorro que não alcançou a panela’. (apud LEONÍDIO, 2007, p. 69).

Na década de 1930 Lucio Costa e José Marianno estabelecem um troca de farpas com julgamentos e ofensas nada cordiais. Lucio Costa estabelece fortes contatos como, por exemplo, Gustavo Capanema e, também, o Ministro Francisco Campos, o que será julgado por José Marianno, como aponta Bressan Pinheiro, da seguinte forma:

É evidente que, apesar de sua curta duração, a passagem de Lúcio Costa pela diretoria da Enba desencadeou a ira e o ressentimento de José Marianno Filho por anos a fio. Em algumas oportunidades, o pernambucano chegou a insinuar que sua mudança de orientação dera-se por interesses monetários, e não por convicção própria. (PINHEIRO, 2011, p. 222).

Lucio Costa se sentiu ofendido com o ataque de Marianno e insurgiu.

José Marianno sempre aspirava à diretoria da Enba, ou mesmo a outro cargo equivalente; e que, diante de sua própria nomeação, esperava que ele, Costa, lhe oferecesse uma cadeira no curso de arquitetura daquela instituição – possivelmente a de História da Arte Brasileira, que tantera sem sucesso criar em 1926... Segundo Lucio Costa, a única coisa que pudera fazer, a esse respeito, fora a inclusão de um curso de aperfeiçoamento de ‘Estudos Brasileiros’, destinado ‘a título de consolo’ ao médico pernambucano – que, inicialmente desdenhoso, acabara por aceitá-lo ‘por interesses pessoais’, já que se tratava de um curso

remunerado, por insistência do próprio Marianno Filho. (PINHEIRO, 2011, p. 222).

José Marianno e Lucio Costa continuaram nessa discussão por um longo tempo, na verdade José Marianno levou esse conflito ao túmulo ao falecer cedo, no ano de 1946, sendo vítima de um câncer, conforme nos descreveu seu neto em entrevista. Porém, Maria Lucia nos oferece uma visão imparcial acertada acerca das declarações de ambos, pois, mostra que tanto o discurso de José Marianno quanto o de Lucio Costa apresentam eivados de lacunas, ou seja, Marianno “*parece ter generalizado para toda arquitetura colonial brasileira – mesmo a dos séculos XVI e XVII – características que só são encontráveis em exemplares bem mais tardios, do final do século XVIII ou, mesmo do século XIX.*” (PINHEIRO, 2011, p. 226).

Lucio Costa parecia

[...] aflorar, por vezes, uma atitude eminentemente romântica de valorização daquilo que é específico, local, nacional, bem como de reconhecimento de uma relação de empatia entre o homem e seu meio-ambiente – aspectos igualmente reiterados por José Marianno em várias oportunidades. (PINHEIRO, 2011, p. 226).

Contudo, mesmo com as lacunas existentes nas obras de José Marianno e Lucio Costa, não se pode tirar o mérito que ambos tiveram em seu tempo e, como esse embate, suscitou uma importante discussão acerca do período e dos movimentos em questão. Porém, além do embate entre ambos, outro personagem com quem José Marianno estabeleceu um breve contato nas colunas dos jornais foi Carlos Sampaio.

3.3 Polêmica com Carlos Sampaio

José Marianno e o prefeito Carlos Sampaio estabeleceram um debate acalorado, que resultou na publicação de José Marianno o livro *Urbanite Aguda, 1945*. Porém, *Urbanite Aguda* foi uma série de produções seriadas de José Marianno em respostas as réplicas de Carlos Sampaio, essas publicações realizaram-se pelo *O Jornal* no ano de 1929.

O teor desse debate se iniciou com a revolta de José Marianno concernente ao Plano Agache e, também, acerca da demolição do Morro do Castela e das opiniões do ex-prefeito do Rio de Janeiro, Carlos Sampaio, cuja gestão perdurou de 1920 até 1922.

Carlos Sampaio investiu contra José Marianno no artigo *Petrópolis ameaçada* de 20 de março de 1929, cujo teor foi cheio de intenções de diminuir José Marianno e o trabalho

que exercia como crítico da arte e do urbanismo, porém, essa investida de Carlos Sampaio existiu pelo fato de José Marianno ter também refutado muitas das ações do antigo prefeito do Rio de Janeiro e, cabe-nos dizer, a forma com que José Marianno escrevia nunca foi cordial, antes cheia de insultos ríspidos e nada formais.

Porém, em um dos artigos de Carlos Sampaio, o ex prefeito referia-se a José Marianno lembrando-o sempre de sua profissão de formação e, que não deveria tentar ser o que não era, ou seja, para Sampaio Marianno não deveria opinar sobre arte, arquitetura e urbanismo. Em suma, José Marianno de fato era um médico e ao lançar críticas acerca dos feitos de Carlos Sampaio, o ex prefeito não as aceitou e tratou e replicar.

O curioso é ver como apenas poucas palavras de Carlos Sampaio rendeu falas à José Marianno que insurgiu com uma série de artigos, sendo: *Urbanite Aguda*, *Urbanite Aguda II*, *Urbanite Aguda III*, *Urbanite Aguda IV*, *Urbanite Aguda V*, *Urbanite Aguda VI*, *Urbanite Aguda VII* e *Da Urbanite Aguda ao seu tratamento racional*, sendo todas elas publicadas no ano de 1929. Resumindo a ópera, de tanto José Marianno publicar contra Carlos Sampaio, este último optou por ignorar, até José Marianno iniciar suas críticas a outros personagens e assim o fez, lançando artigos contra Gastão Bahiana, Agache, Djalma Lessa, como pode-se observar no **Apêndice II – Planilhas Descritivas das Publicações Seriadas e Textuais** e, posteriormente na década de 1930, com mais ênfase à Lucio Costa.

Tamanha presença na imprensa permitiu verificar o fechamento do ciclo do “Circuito Social” das obras de José Marianno Filho, ou seja: pudemos procurar identificar seus leitores. Neste item, destacaremos em especial o membro do IHGB Feijó Bittencourt.

3.4 Com a palavra Feijó Bittencourt

Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt nasceu em 13 de junho de 1893 e faleceu em 15 de março de 1957 na cidade do Rio de Janeiro. Formou-se em Direito e obteve ao longo de sua jornada diversos títulos, dentre eles, se tornou livre-docente e catedrático interino de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da então Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Oficial de Gabinete do Interventor no Estado do Rio de Janeiro (1923); Secretário do Interior e Justiça do mesmo Estado (1924-28); atuou

junto à Comissão de História e Letras de Coimbra; foi Sócio fundador do Instituto Histórico de Petrópolis; e foi membro do “*Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fazendo, também, parte da direção da Revista do IHGB e da Diretoria como 2º secretário a partir de 1943, sendo sócio benemérito a partir de 15/08/1949.*

(http://www.cbg.org.br/galeria_leopoldo_feijo.html)

Em pesquisa realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em Julho de 2011, foi encontrada uma revista em que Feijó Bittencourt faz algumas análises da trajetória e das obras de José Marianno Filho, o que nos permitiu entender que José Marianno era lido pelas pessoas do seu período e ainda citado em algumas outras obras de contemporâneos.

Feijó Bittencourt faz uma análise da obra de José Marianno, *Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho* e aponta a percepção que José Marianno obteve ao se debruçar sobre as obras de Aleijadinho, que, segundo Bittencourt, foi um olhar importante, pois traduziu a verdadeira expressão do artista mineiro “*humano, mas estranho*” (MARIANNO, 1943), isto é, em virtude da doença de Aleijadinho, que alterou seu físico, José Marianno mostra que muitas das obras de Aleijadinho possuíam características do seu próprio físico. Uma leitura determinista e extremamente imbuída de um raciocínio eugenista. Feijó Bittencourt denominará Aleijadinho de “figura trágica”.

Feijó Bittencourt definirá José Marianno como quem tornou a história da arte em questão social:

*O livro de José Marianno tem o mérito de fazer compreender esse vulto histórico da arte brasileira. Lendo o seu livro compreende-se logo que não se trata de uma arte que se define pela perfeição, mas pela dramaticidade e por isso é que o retrato do artista, que é um retrato de um doente, surge impressionante nas páginas em que ele reaparece. (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB) v. 188 julho-setembro, 1945 p. 169-170 – IHGB BITTENCOURT, Feijó em *A estatuária do santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo*).*

Além de frisar que José Marianno como importante para a arte brasileira, também o colocará no rol de autores importantes para que outros estudiosos possam ler suas obras a fim de entender a discussão e os debates propostos por José Marianno como comentador da arte, sendo uma personalidade que era digna de estudos, em virtude de seu trabalho.

Assim como Feijó Bittencourt, acredita-se que outros autores estudaram e tinham contato com os escritos de José Marianno, o que permite novas buscas, pois encontrar autores

que mencionaram José Marianno em suas obras possibilitará discorrer melhor sobre esse debate, articulando nele um novo viés.

Entretanto, algo que se pode perceber ao longo da pesquisa é que grande parte da repercussão de José Marianno perpassou os umbrais de sua casa-manifesto, o Solar de Monjope, residência que resolvemos incluir neste relatório por sua grande significação e por ser o depositório de sua ação.

3.5 Solar de Monjope¹

O Solar de Monjope, solar da família de José Marianno Carneiro da Cunha Filho, pode ser considerado a expressão e o sentimento tangível do que José Marianno definia como arte, arquitetura e cidade, corporificadas no seu ideal de Arquitetura Tradicional Brasileira.

O casarão foi construído como resultado dos concursos promovidos por José Marianno, concurso de 1923, na qual teve a participação de Lucio Costa, que ocupou a segunda colocação e Ângelo Bruhns, vencedor do concurso e autor do projeto do Solar de Monjope, que foi aprovado no ano de 1924 (KESSEL, 2009).

Em 1928 a construção do Solar chegou a termo, porém, José Marianno já estava construindo o solar a alguns anos, pois como já havia o intuito de construir um casarão aos moldes do Solar, José Marianno reuniu uma série de materiais, objetos e mobílias, que pudessem compor o seu ideal de casa que traduzisse o Estilo de Arquitetura Tradicional.

Os móveis, materiais e objetos de arte que José Marianno colecionou por mais de uma década eram em grande número, tanto que esses objetos permaneceram guardados e preservados em outra casa, em Jacarepaguá, casa projetada pela dupla de arquitetos Cortez e Bruhns, conforme mostrou a revista **A Casa**.

Os móveis e objetos que permaneceram na casa de Jacarepaguá até serem instalados no Solar de Monjope concluído eram preservados sem muita perícia. Em depoimento dado pelo neto de José Marianno, ficamos sabendo que grandes móveis, obras de arte e demais elementos decorativos eram armazenados em todos os cômodos e alguns eram amarrados no teto da casa (ver **Apêndice III – Entrevista com José Marianno Carneiro da Cunha Filho**). Os objetos colhidos por José Marianno ao longo dos anos foram os mais variados e

¹ O Solar Monjope ancestral, em Pernambuco, ficava numa região, hoje aglutinada a Recife, chamada “Poço da Panela”.

eram peças importantes, muitas ainda coloniais, colecionadas por ele, como salienta Julio Bandeira:

Ao mesmo tempo, arrematava pias de sacristia, azulejos, retábulos e mobiliários antigos, tendo sido mesmo capaz de esperar pacientemente que uma galinha acabasse de chocar seus ovos numa cômoda – condição sine qua non dos donos, um casal de matutos mineiros – para que adquirisse o precioso móvel que estava sendo usado como galinheiro. (BANDEIRA, 2008, p. 20).

O Solar foi conhecido por muitas pessoas da região em seu período, em frente do casarão funcionava o Instituto Souza Leão e, muitos estudantes ficavam admirados ou temerosos com o Solar e achavam um mistério o interior do casarão com muitos metros de altura.

O Solar de Monjope foi palco da gravação do filme², conforme figura abaixo: *A primeira missa*, tendo como protagonista o garoto Tito, neto de José Marianno, nosso entrevistado.



Figura 04: Gravação de filme no Solar Monjope
Fonte: <http://www.rioquepassou.com.br/2009/01/29/solar-monjope/>

² A primeira Missa foi um filme dirigido por Lima Barreto no ano de 1960, através do estúdio Companhia Cinematográfica Vera Cruz, tendo o neto de José Marianno Filho como protagonista. O filme foi filmado no interior do Solar de Monjope.



Figura 05 – Entrada do Solar de Monjope
Fonte: <http://www.rioquepassou.com.br/2009/01/29/solar-monjope/>

Na figura abaixo observa-se uma janela com uma rótula, que não se usava mais no período em que o solar foi construído. As rótulas como observado no tópico **4.2 Arquitetura** eram usadas muito nos séculos XVII e XVIII, mas no século XIX com a chegada da Família Real, foi proibida através de um decreto, que ordenava todas as casas que possuíssem rótulas a tirarem, pois as rótulas feriam a estética da cidade. Sendo assim, José Marianno, tendo a intenção de mostrar através do Solar de Monjope sua casa ideal de Estilo de Arquitetura Tradicional, insere a rótula nas janelas do casarão.



Figura 06: Janela com rótula do Solar de Monjope
Fonte: <http://www.rioquepassou.com.br/2009/01/29/solar-monjope/>



Figura 07 – Uma das quatro torres do Solar de Monjope
Fonte: <http://www.rioquepassou.com.br/2009/01/29/solar-monjope/>

O local em que o casarão estava locado, muito despertou a atenção da especulação imobiliária e a família Marianno tentou tombar o prédio, para preservá-lo de qualquer ação, porém o IPHAN negou o pedido alegando que a casa não possuía nenhum valor arquitetônico para que fosse tombado. Ironicamente, foi o arquiteto Lucio Costa, que redigiu o parecer acerca do pedido de tombamento do Solar de Monjope, reforçando a ideia de que a casa, em

si, pouco ou quase nada tinha a oferecer à memória nacional, ao contrário de seu proprietário. Costa indica que o serviço do patrimônio estadual é quem deveria zelar por aquela propriedade. Em todo caso, as palavras de Costa parecem dar fim a uma polêmica iniciada em 1930:

*O chamado Solar de Monjope é um falso testemunho, exemplo de como uma casa brasileira nunca foi. A tarefa inicial do antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional constitui em desfazer o equívoco que levou a essa pseudo-reconstituição. Deve-se considerar, pois, contraditório, para não dizer chocante, que se insinue agora a conveniência do tombamento dessa elaborada cenografia como documento histórico. (PESSOA, José, *Arquitextos 115.01*, ano 10, dezembro de 2009)*

O parecer de Lucio Costa é categórico, o IPHAN nega o tombamento, de acordo com a autora Cecília Rodrigues dos Santos em seu artigo *Lucio Costa: Problema mal posto, problema repostado*, que mostra que mesmo sendo “impossível considerá-lo um monumento nacional, o arquiteto considera que seria de todo interesse preservar o solar pelo valor ambiental do conjunto do qual fazia parte, impondo-se o tombamento pelo Estado” (SANTOS, 2009). Lucio é contra o tombamento em nível federal, explicando que ao estado do Rio de Janeiro, era interessante a preservação. Logo, ele não alega ser a favor da demolição. O Solar é vendido para a Construtora Zen, demolido em 1973, dando lugar a um condomínio de apartamentos. A mesma tipologia edilícia que José Marianno denominou em tantas de suas publicações textuais e seriadas como sendo caixas d’água, ou seja, ironicamente, as caixas d’água substituíram o Solar de Monjope na paisagem carioca.

Como vimos anteriormente, o Solar tinha como intenção representar o ideário de José Marianno no que tange a Arquitetura Tradicional (Neocolonial) e sua construção se valeu da reunião de uma série de objetos, artefatos, ornamentos e materiais que compuseram toda a casa. Sendo assim, sua relevância está posta no que diz respeito a ser um exemplar de um movimento que independente de ter caracterizado a identidade do Brasil ou não, ele foi posto, foi discutido, defendido, estudado e pensado por vários expoentes do período, não devendo ser ignorado, pois, os pensadores do movimento em questão contribuíram para eventos importantes na história da arquitetura, tanto que a discussão entre o Neocolonial e Modernismo está posta ainda pelos autores contemporâneos. Porém, no que diz respeito a demolição do Solar, este ato não está posto somente para o Solar, pois, muitos monumentos cariocas que deveriam ser preservados foram demolidos como por exemplo, a Basílica de São Pedro dos Clérigos em 1943, que já havia sido tombada pelo SPHAN, mas foi “destombada”, a fim de que fosse construída a Avenida Presidente Vargas, ou seja, nesse caso estava incutido

o ideário do Estado Novo; e o Palácio Monroe no ano de 1976. Portanto, essa questão está posta muito mais no período de atuação do SPHAN e nos critérios de seleção de tombamento que os seus diretores utilizavam, respeitando a hierarquia de tombamento, como já citado nesta monografia.

Portanto, a demolição do Solar e de outros tantos monumentos são discutidas ainda, cujo questionamento é suscitado em debates atuais.

Diante do exposto, apresentaremos na sequência, um esboço de artigo em que procuramos sistematizar a apreciação de José Marianno Carneiro da Cunha Filho sobre a Arte, a Arquitetura e a Cidade do Século XIX.



Figura 08: Interior do Solar de Monjope
Fonte: <http://www.rioquepassou.com.br/2009/01/29/solar-monjope/>

4 A apreciação de José Marianno sobre a Arte, a Arquitetura e a Cidade no século XIX

4.1 A Arte

Em 1921 José Marianno se torna sócio fundador da Sociedade de Belas Artes e promove vários concursos e investe em viagens a fim de que seus alunos pudessem estudar em Minas Gerais a arquitetura e a arte presente nas cidades de Minas Gerais, sobretudo em São João Del Rey e em Ouro Preto. Lucio Costa também realizou uma viagem de tal teor, financiada por José Marianno, mas com destino à Diamantina.

Nos anos de 1926 e 1927 José Marianno foi diretor da Escola Nacional de Belas Artes e, portanto, a década de 1920 é a década em que José Marianno se consolida como um crítico da arte, pois ao se inserir nos principais ambientes de discussão, promove debates acalorados em diversas publicações seriadas e textuais, elencadas neste Relatório de Pesquisa.

Aleijadinho e Valentim foram considerados importantes nas obras de José Marianno e, embora, tivessem distinções em suas obras, ambos foram caracterizados por José Marianno como ornamentistas e toreutas, ambos tiveram as obras criticadas por Marianno em determinados pontos, mas, também, em outros pontos.

José Marianno terá publicações textuais cujo teor fará menção somente de Aleijadinho ou do Mestre Valentim, analisando as obras, tanto em quantidade como em qualidade e a preponderância dessas obras no fim do século XVIII e começo do século XIX.

Ou seja, o campo da arte foi abarcado por José Marianno em seus textos e, com especial destaque, ele tratou da obra e da carreira artística de Aleijadinho e de Mestre Valentim, porém também, em seus escritos, José Marianno retratou da Missão Francesa.

Na obra *“A estatuária do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo”* (1946), José Marianno se debruçará apenas na vida e obra de Aleijadinho, sobretudo nas obras executadas em Congonhas do Campo e, que, melhor discorreremos ao longo desse tópico.

Na obra “*Os três chafarizes de Mestre Valentim* (1943), Marianno também se remeterá somente a Valentim da Fonseca e Silva explorando a importância que os chafarizes construídos no fim do século XVIII possuíram durante um século.

Uma das obras mais importantes e completas no sentido de análise da arte brasileira de José Marianno é o livro “*Estudo de Arte Brasileira*”, 1942. Nessa obra, José Marianno não só se debruça a estudar Aleijadinho e Mestre Valentim, mas também, as manifestações artísticas dos séculos XVII, XVIII e XIX, apontando o papel dos viajantes europeus que vieram para o Brasil no século XIX; o mobiliário existente nesses séculos citados; os parques e jardins do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX; a Escola de Arte de Vila Rica, as influências no Brasil de uma arquitetura trazida de outros países no século XIX a arquitetura tradicional no Brasil.

José Marianno Filho não tendo uma educação formal nos estudos da arte brasileira foi sempre crítico com relação aos estudiosos do tema. Na obra **Estudos de Arte Brasileira**, José Marianno relata como os estudiosos se referiam à Antonio Francisco Lisboa. Além de mostrar que alguns estudiosos foram equivocados no relato da figura de “Aleijadinho” e expôs a sua opinião sobre a face do artista em suas referências.

Aqueles apoiados na leviana referência de Rodrigo Brêtas, reforçada pelo abono posterior de Diogo Vasconcelos, atribuem a Antonio Francisco Lisboa a autoria e a execução do projeto arquitetônico do templo de São Francisco de Ouro Preto, e implicitamente a de outros templos mineiros contemporâneos daqueles que deveriam compreender que por arquiteto se entende o artista que possui a capacidade manual de projetar, isto é, de expressar por meio de gráficos convencionais a ideia arquitetônica, e igualmente a de realizar a obra ideada... Ora, até a época em que subitamente apareceu o nome do ornamentista sacro Antonio Francisco Lisboa, como contratante das obras gerais (arquitetura e ornamentação) do templo de São Francisco de Assis de Ouro Preto, não se lhe conhece gênero de atividade nos domínios da arquitetura. (MARIANNO FILHO, 1942b, p. 35).

No que diz respeito à arquitetura sacra mineira, em que se atribui a participação de Antonio Francisco Lisboa em projetos arquitetônicos, José Marianno também será enfático em afirmar que Aleijadinho participou artisticamente dos frontispícios dos templos, porém nega que essa participação seja arquitetônica e sim de caráter ornamental. Pois, para José Marianno, um arquiteto se caracterizava por uma série de fatores na qual Aleijadinho não estava inserido, isto é, “*ao arquiteto cabe ainda estudar e calcular a resistência dos materiais*

a empregar, a disposição da luz, e resolver o sistema de cobertura.” (MARIANNO FILHO, 1942b).

Cabe-nos, porém, notar que José Marianno não se valeu de outras fontes que pudessem negar a versão corrente sobre Aleijadinho e que ele refutava.

O fato de José Marianno não ser arquiteto de formação não o impediu de explorar seus conhecimentos e de opinar, ensinar e debater sobre a arte.

No que diz respeito à arquitetura como arte, José Marianno ao defender o estilo de arquitetura tradicional se mostra enfático em alegar que as arquiteturas desse caráter embelezam a cidade, sendo a maioria delas construídas no século XVIII e XIX.

José Marianno se voltou ao estudo de pintores importantes do século XIX para o estudo minucioso da arquitetura tradicional. Artistas como Debret, Ender e Grandjean de Montigny são citados por José Marianno em algumas de suas publicações. A preocupação de José Marianno em se estimular a produção de arquitetura com arte era sólida, pois o mesmo fomentou a abertura de mais cursos de arquitetura nos estados brasileiros, porém sempre enfatizando o necessário conhecimento em artes para exercer a arquitetura.

Ao observar os escritos de José Marianno, observa-se que ele mostrou-se empenhado em estudar a arte do século XVII e XVIII também. A narrativa de José Marianno que perpassa pelos séculos XVII e XVIII, será observada em duas de suas obras e, também, insere o olhar do autor para o século XIX, no que tange à arte. Sendo, essas obras, *Estudos de Arte Brasileira*, de 1942, e *A estatuária do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo*, de 1946.

A obra *Os três chafarizes de Mestre Valentim* enfocará, justamente os chafarizes de Valentim executados no fim do século XVIII, porém esses chafarizes estão justapostos em duas análises, segundo a vertente de José Marianno, a primeira é a arte, que veremos nesse tópico e a segunda é a representatividade que esses chafarizes possuíam para a cidade do Rio de Janeiro no século XVIII e XIX, a segunda vertente será elucidada melhor no tópico **4.3 Cidade**.

Ao tratar o aspecto artístico das fontes de Valentim, José Marianno o criticará alegando que os ornamentos utilizados por Valentim possuíam características que não estavam condicionados no cabedal de uma arte tradicional. Alguns dos chafarizes analisados

por Marianno eram “*Chafarizes ‘à moda das fontes rústicas italianas’ por caráter exclusivamente econômico.*” (MARIANNO FILHO, 1943c, p. 10).

Além desse caráter *à moda italiana*, José Marianno mostrará que Valentim desenhava aos moldes da “*raça portuguesa*”, pois muitos elementos portugueses estão implícitos em seus ornamentos. Esse fato, aos olhos de José Marianno, se explica por Valentim ter estudado em Portugal, o que lhe permitiu incorporar referências projetuais e estilísticas da Europa. Porém, mesmo Cunha Filho criticando Valentim também apontará dois pontos em defesa do artista: o primeiro é que “nas fontes de Valentim, há pelo menos o aspecto artístico de que as demais fontes modernas não participam”; e, o segundo, é a importância que esses chafarizes representaram para a cidade do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX no que tange ao abastecimento da cidade, pois, segundo Marianno, o ornamento traçado por Valentim era funcional, isto é, a funcionalidade do chafariz estava no ornamento.

O século XIX contou com vários viajantes europeus, que vieram da Europa chefiados por Joachin Lebreton a fim de instituir o ensino oficial de artes na corte artística e vir ao Brasil. Essa equipe tinha nomes como: Grandjean de Montigny, Levavasseur, Meunier, Taunay, Debret.

Debret permaneceu no Rio de Janeiro entre 1816 e 1831 e, nesse período, realizou o maior documentário em aquarela do Brasil, seus retratos se basearam em cenas do cotidiano do período em que ficou no Rio de Janeiro, sendo: “*Negros esquilidos do Valongo à espera de compradores; os vendedores ambulantes com os seus trajés grotescos; as procissões; as cenas de interior, a arquitetura e a paisagem.*” (MARIANNO FILHO, 1942b).

Foram inúmeras as obras de Debret e muitos historiadores possuem as aquarelas de Debret como fontes em seus escritos, José Marianno, também, por diversas vezes se vale das aquarelas de Debret para o estudo do século XIX, porém em seu livro *Estudos de Arte Brasileira*, Marianno levanta uma problemática sobre as obras de Debret.

[...] *Debret nos dá na sua obra famosa uma espécie de retrato do Brasil palpitante de imprevisto e pitoresco. Mas será esse retrato verdadeiro? Corresponde êle de fato, ao que o artista desapaixonadamente viu e observou? Poderá êle servir de elemento sério de observação sociológica para a reconstituição histórica do ambiente retratado? Eu creio que – sem prejuízo do mérito do artista – sua obra, verdadeira em muitos pontos, não corresponde a veracidade dos fatos.* (MARIANNO FILHO, 1942b, p. 169).

O fato de as obras de Debret não traduzirem a veracidade histórica acerca do ambiente construído na plenitude, segundo José Marianno Filho, também não desmerece o artista. Por outro lado, José Marianno consegue apontar o que havia de relevante e, aos seus olhos, fidedigno. Como exemplo, aponta os detalhes mouriscos existentes na arquitetura do Rio de Janeiro:

Durante o tempo em que aqui trabalhou, Debret pode observar que a arquitetura tradicional se deixara impregnar pelas influências mouriscas trazidas da Península. Aliás, o documentário de arquitetura colhido pelo artista informa que a despeito da ofensiva desfechada contra as rótulas pelo intendente Paulo Vianna em 1809, a impregnação muçulmana se mantinha ostensiva e arrogante. (MARIANNO FILHO, 1942b, p. 170).

Nas aquarelas abaixo de Jean-Baptiste Debret³, pode-se analisar que as casas possuem rótulas, detalhes de influências mouriscas, conforme analisou José Marianno. Além dos detalhes da estrutura das portas em arco abatido, tanto na **Figura 09** quanto na **Figura 10**. Detalhes de influências muçulmanas e, que, não haviam acatado a ordem do intendente Paulo Viana, em retirar as rótulas das casas, como será visto no tópico **4.2 Arquitetura**.



Figura 09 – Interior de uma casa cigana, 1820 Jean-Baptiste Debret
Fonte: <http://www.mmm.org.br/index.php?p=8&c=170&fid=17&pf=1>

³A autora Maria Lúcia Bressan Pinheiro em seu artigo *A História da Arquitetura Brasileira e a Preservação do Patrimônio Cultural* elucida também a interpretação de José Marianno acerca da representação do Brasil nas obras de Debret e contribui mencionando a percepção de uma “arquitetura de fundo romano”, presente nas aquarelas de Debret, isto é, a arquitetura brasileira possuía referências da “arquitetura rústica italiana”.



Figura 10 – Negros e Mulatos Coletando Esmolas para Irmandades, Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, 1834, Jean Baptiste Debret

Fonte: <http://www.mmm.org.br/index.php?p=8&c=170&fid=20&pf=1>

José Marianno ao questionar a veracidade das obras e pinturas desses viajantes o faz devido seus escritos muitas vezes se perderem nas viagens de volta a Europa e, quando, se colocavam a executar as suas obras acabavam remontado os escritos perdidos ou manchados, isso acarretava em uma leitura à ótica do autor, o que transmitia uma visão errônea do lugar ou da situação que estava sendo retratada.

No caso das pinturas de Debret, José Marianno não as desmerece e mostra que elas possuem valor histórico por transmitir muitos pontos relevantes como fontes, como o caso das rótulas, visto acima. Porém, ao analisar a arte do século XIX, José Marianno mostra que muito da arte existente no Brasil nesse século é de influência europeia, o fato de Mestre Valentim ter estudado em Portugal o caracteriza como tendo referências europeias, o fato dos viajantes serem da Europa e perderem seus escritos e retratarem suas pinturas à suas maneiras, podem muitas vezes fazer com que a composição dessas obras tenha caracteres europeus.

A arquitetura feita no século XIX, ao ser analisada por José Marianno Filho, também possuirá referências de outros países. A seguir discorreremos sobre ela.

4.2 Arquitetura

Na década de 1920 surge um instituto de suma importância para o Rio de Janeiro: o Instituto Central de Arquitetos, que teve como sócio fundador José Marianno Carneiro da Cunha Filho. Em 1924, Cunha Filho se tornou diretor da Sociedade Central de Arquitetos e do Instituto Central de Arquitetos. Nesse mesmo ano essas sociedades sofrem uma fusão a pedido de José Marianno, assim que ambas se fundem, ele as preside na década de 1920, que José Marianno inicia sua série de publicações textuais e seriadas em defesa de um Estilo de Arquitetura Tradicional e, também, promove concursos que visam a criação de projetos cujas características são de teor colonial. As publicações que seguem durante as décadas de 1920, 1930 e 1940 englobam, também, estudos, análises e críticas da arquitetura e projetos cariocas que surgem nessas mesmas décadas com o advento do Modernismo, mas, mesmo assim, e paralelamente, José Marianno se debruçou nos estudos da arquitetura do século XIX apontando as nuances existentes nesse século e o que a arquitetura representou no período oitocentista. Isto é: para José Marianno o século XIX foi repleto de arquitetos eruditos⁴ europeus, sobretudo franceses, o que acarretou no arrefecimento da arquitetura tradicional brasileira, panorama que José Marianno tenta recuperar em sua discussão nas décadas acima mencionadas.

O século XIX e início do século XX, sob o olhar de José Marianno, foram palco das transformações da arquitetura no Brasil, que nesse período, sofreu influências abrangentes, sobretudo, a partir de 1808 com a vinda da família Real⁵. Porém, para melhor compreensão desse recorte se fará uma análise, sob a ótica de José Marianno, de períodos anteriores ao século XIX, desde as primeiras construções europeias, a fim de se entender como a arquitetura foi desenvolvida e, segundo sua tese, modificada no século XIX.

⁴ O artigo *Urdiduras Continentais no debate acerca do Mission Style. Notas sobre o Pan-Americanismo na Arquitetura Neocolonial* de Fernando Atique, professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), aborda essa questão presente no século XIX e nos mostra como José Marianno interpretou que a formação da Academia Imperial de Belas Artes nos oitocentos foi a responsável pela introdução e disseminação de referências de uma arquitetura europeia, reduzindo a abrangência de uma ‘arquitetura tradicional brasileira’ na paisagem local.

⁵ Retratado por José Marianno Filho em **Influências Mulçumanas na Arquitetura Tradicional Brasileira**, 1943, p. 16 e 17, e por Paulo F. Santos **Quatro séculos de Arquitetura**, 1981, p.39 e 40. A influência da vinda da Família Real nos estilos arquitetônicos foi de grande influência e será melhor abordada mais a frente nesse artigo.

Nos séculos que antecederam o século XIX, as casas eram construídas pensando também nos estilos arquitetônicos de Portugal, porém, com adaptações, pois era necessário utilizar os materiais existentes para construções e, também, se adaptar ao clima, que era muito distinto ao do europeu⁶.

Com as adaptações da arquitetura portuguesa aos materiais para construção existentes no Brasil, no século XVII e XVIII, houve uma referência que não foi somente portuguesa, mas principalmente dos próprios nativos, como apontado em diversos artigos de José Marianno publicados no **Jornal do Comércio**. Essas referências se davam, para Cunha Filho, em virtude de, no momento da construção, os portugueses possuírem “poucos recursos” para a construção na América Portuguesa.

Na obra *Acerca dos copiares do Nordeste Brasileiro*, José Mariano trata dos “copiares”, uma espécie de arquitetura que vai perdurar desde as “ocas indígenas”, até o século XIX. Assim ele define o que são os “copiares”:

O vocábulo ‘copiar’ – ‘copiara’, evidentemente de origem tupi, foi inicialmente usado pelos selvicolas, para nomear as cortinas de proteção ou quebra-sol, postas de encontro às fachadas dianteiras das habitações rudimentares que eles construíram fora do sistema coletivo de aldeamento. O uso desse detalhe construtivo deve ter sido constante no Nordeste, em virtude das condições climáticas locais, rareando nas regiões menos quentes ou mais frias... copiar é um simples detalhe construtivo – como os “puxados” posteriores – acrescentados à planta inicial das habitações. Sua função é resguardar a habitação dos rigores do sol e da chuva, oferecer abrigo temporário fora da habitação. (MARIANO FILHO, 1942a, p. 5).

O próprio Solar Monjope, como visto, residência de José Mariano, foi construído na década de 20, sendo aprovada a construção em 1924, aos moldes das características do estilo Neocolonial e enfatizava o gosto de José Mariano pelas referências. Uma construção em “planta angular”, “galerias alpendradas”, “telhados em capa e bica apoiado sobre colunas toscanas”, “um chafariz colonial autentico, recolhido das antigas construções pernambucanas”, “uma torre lateral com um vão guarnecido por um muxarabi”, BITTAR, William Seba Mallmann, *O movimento neocolonial na arquitetura do Brasil*, p. 18-19. Caderno de

⁶ José Marianno aponta como no século XVI, sem possibilidade de se fazer construções aqui no Brasil exatamente como as europeias, os portugueses se viram na necessidade de adotarem alternativas, isto é, adaptar ao estilo nativo. “Não podendo o povo em virtude das condições precárias de sua existência aventureira, recorrer à experiência ancestral portuguesa, conformou-se desde o primeiro momento com a realidade brasileira, adotando sem hesitação a experiência ameríndia para a solução do problema arquitetônico de emergência... o sentimento luso, no que respeita à arquitetura, ficou longo tempo radicado aos núcleos primários de urbanização da costa. É através desses núcleos que se processa depois de modo lento, a transformação morfológica da “tejudaba”, ameríndia de esqueleto vegetal entejucado, para habitação doméstica, expressado por técnica lithica ou de barro socado”. **MARIANO , FILHO, José**, *Influências Muçulmanas na arquitetura tradicional brasileira*, p. 12. Rio de Janeiro: Editora A Noite.

Arquitetura / Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo. Bauru: FAAC, UNESP, 1996e, também, três copiares.

Além das referências indígenas, houve também referências árabes, pois Portugal possuía algumas características árabes na sua arquitetura, fruto da época da presença árabe na Península Ibérica, e a América Portuguesa acabam por herdá-las também.

Outro detalhe importante mourisco que imperava na arquitetura brasileira, eram as rótulas, que José Mariano definiu, como sendo, “*simples detalhes das composições de madeira, expressadas de forma de balcão corrido, outros de cunhal*”. Estas rótulas eram colocadas nas portas ou janelas, como protetoras contra os fortes raios do sol e do calor, mas também protegiam os moradores das casas dos olhares dos transeuntes, impedindo-os de visualizar o interior das casas, ao passo que a visão dos que estavam na casa não fosse limitada a contemplar as ruas.

Porém, essa arquitetura logo será abolida no ano seguinte a vinda da família Real, conforme descreve José Marianno.

Um mês depois de nomeado, a 11 de Junho de 1809, fez o Alcaide Paulo Fernandes Vianna, por inspiração provável do Príncipe, e à revelia do sonolento Senado da Câmara, afixar nos quatro cantos da cidade um escandaloso edital, onde depois de vários circunlóquios complicados, se fazia constar à população, que tendo sido o Rio de Janeiro elevado à alta dignidade de Corte, pelo Augusto Príncipe Regente, não mais eram compatíveis com a dignidade da terra ‘góticos costumes’, que muito a aviltavam os olhos do Príncipe, e mais dos fidalgos vadios vindos do Reino. E atendendo a essas imperativas circunstâncias, deliberava ‘que devem abolir as rótulas das janelas e sobrados’, determinando mais, que sua retirada se fizesse a toque de caixa, dentro do ‘termo de oito dias’. (MARIANO FILHO, 1943a, p. 16-17).

Essa mudança ocorreu, segundo José Mariano, porque as rótulas feriam a estética à visão do Príncipe regente. É a partir desse ponto que as transformações da arquitetura começam a ocorrer, pois com um prazo tão curto para se abolir as rótulas, se torna visível nas casas os buracos existentes, que “*desfiguraram por completo a fisionomia primitiva*”, ou seja, “*as rótulas velaram o interior das moradias, mediarão sua intimidade, mas foram condenadas nos oitocentos e paulatinamente banidas de nossas cidades*”. (MARINS, 2002).

As rótulas de matriz mulçumanas haviam sumido, dando origem a necessidade de remodelar as fachadas “*desfiguradas*”. Nas remodelações dessas casas, foram utilizadas as tendências mais em moda da Metrópole. “*Em lugar dos primitivos balcões robustos de*

madeira... compuseram-se sacadas de ferro batido, ou de madeira com balaustres...” (MARIANO FILHO, 1943b, p. 32).

José Marianno, assim nos parece, se ateu a explicar a arquitetura existente nos séculos XVII e XVIII para responder ao que aconteceu com a arquitetura no século XIX. Segundo o autor, a arquitetura, logo no início do século XIX, teria atingido “uma expressão mais nobre, quando aparecem nas cidades os sobrados avantajados, com os detalhes interiores tratados com certo apuro.” (MARIANO FILHO, 1942b, p. 116) Segundo ele, os sobrados possuem tanto referências jesuíticas, quanto holandesas, esta última devido à ocupação em Pernambuco no século XVII.

A proporção, porem se modificavam as condições da vida social, a architectura foi cambiando de expressão, afim de bem servir ao homem. Transformações de plantar, modificações de detalhes, mais ou menos profundas, se processaram, no decurso de três séculos de vida nacional, durante os quaes a architectura brasileira soffrendo directa influencia da raça e do meio, fixou as suas características definitivas. (MARIANO FILHO, 1931 p. 10 e 11).

As novas referências perceptíveis na arquitetura que surgem no século XIX agradam a população por ser algo novo, e o novo se tornou bem visto, segundo José Marianno. Sendo assim, a aplicação de uma nova arquitetura que se revestisse do estrangeiro mesclado com o nacional fez com que a arquitetura “tradicional” fosse se reduzindo em nosso cenário, ao passo que novas referências iam surgindo e a população se afeiçoando a elas.

Em 1860, um engenheiro inglês fez no Rio algumas casinhas em estilo gótico. Dessa época em diante, o povo passou a achar as janelas góticas as mais lindas do mundo. O mau veso de adotar os estilos estranhos à tradição nacional é coisa inveterada na alma do povo. (MARIANO FILHO, 1942b, p. 119).

José Marianno era a favor de uma arquitetura que se revestisse do nacional, do confortável, do lógico, isto é, que pudesse condizer com as condições climáticas e sociais do país. Ainda que parecesse um tanto quanto grotesco em muitas de suas publicações, quando se posicionava contra as falas e ideias de alguns arquitetos, sua visão era acatada por muitos estudiosos da arquitetura e da arte do período, pois sua preocupação parecia transcender o belo. Uma das características na fala de José Marianno era que a arquitetura não era somente arte, mas também “lógica”. Em todas as suas publicações existe a defesa de uma arquitetura coerente, que visasse o ambiente, a segurança. Como médico, se preocupava com questões sociais, não estando a sua visão atrelada somente ao centro do Rio de Janeiro, mas também atingindo os horizontes das favelas, o que veremos no tópico **4.3 Cidade**.

O Brasil, paiz immenso, possuidor de variadas nuanças climáticas não podia impor ao seu território um único typo de architectura, como teria por certo desejo o colonizador luso, por isso que, os systemas constructivos, que formam a base das architecturas de raça dependem, antes de tudo, da ocorrência ou predominância dos elementos naturaes de cada região particular. (MARIANNO FILHO, 1931, p. 11 e 12).

Nosso personagem em questão em muito se distinguia dos arquitetos “modernos”, que estavam surgindo em meados da década de 1920. José Marianno defendia e buscava enfatizar uma arquitetura revestida do nacional, enquanto para ele, a maioria dos arquitetos “modernos” que estudaram fora do país e voltaram com referências europeias ou americanas.

No entanto, no que se refere à luta contra a ação dos engenheiros e mestres de obras, arquitetos defensores de diferentes tendências estavam unidos.

A arquitetura tradicional – vulgar ou erudita – que poderia servir de inspiração ao verdadeiro padrão arquitetônico nacional foi propositalmente afastada pelos engenheiros e mestres de obras que monopolizaram (na ausência de arquitetos capazes) a construção de novos edifícios. (MARIANNO FILHO, 1943b, p. 09).

Mesmo sendo um adepto incontestável do “estilo de arquitetura tradicional”, José Marianno parecia ter bom senso no que dizia respeito às construções arquitetônicas, pois ainda que a arte fosse importante, existia algo por trás de simplesmente construir o que é belo. Quando José Marianno dizia que “a arquitetura é a arte de construir”, sua preocupação também estava voltada para construções convenientes e lógicas, como vimos anteriormente.

A arquitetura é apenas uma das faces do problema geral do urbanismo, que mal conseguimos abordar. Pouco vale cuidar de corrigir uma fachada, sem poder indagar se essa fachada pode ou deve estar subordinada as condições de ‘emplacement’. É a natureza local a sua perspectiva, o seu pitoresco, a sua relação com os edifícios vizinhos que devem impor, ou melhor, sugerir ao arquiteto a forma arquitetônica mais conveniente. (MARIANNO FILHO, 1943a, p. 10).

A crítica de José Marianno aos arquitetos “modernos” era justamente no fazer a arquitetura, pois esses arquitetos pareciam interessados em construir a fim de que suas construções pudessem ser admiradas, mas que não havia nenhuma preocupação com o espaço na qual estas construções estavam sendo inseridas, ou seja, com a paisagem urbana. Para José Marianno essas construções não só feriam a estética da cidade por se parecerem “caixas d’água”, termo utilizado diversas vezes por ele, ou não estarem revestidas do nacional, mas também pelos problemas que estas construções poderiam trazer para a cidade no futuro, já que elas não estavam pautadas em nenhum projeto urbanístico para serem feitas.

A criação de uma “comissão de planejamento urbanístico” para as cidades era uma das maiores petições de José Marianno em diversos artigos seus, tais como: *Urbanite Aguda*,

1929; *Les affaires sont les affaires*, 1930; *O contágio dos maus exemplos*, 1931; *Anarquia Urbanística*, 1935; *Erro fundamental*, 1935; *Pequena Lição de Urbanismo*, 1936; *Idea Perigosa*; *As árvores do Passeio Público*, 1936.

É no apogeu do Modernismo que José Marianno, antes tão admirado, se torna hostilizado em virtude de sua posição tradicional. Contribuiu para tal depreciação, também, sua defesa colérica do “estilo de arquitetura tradicional” e seus ataques, sua explícita aversão ao Modernismo. Nesse ínterim todos os envolvidos em concursos promovidos por José Marianno, colegas e sócios da Sociedade Central de Arquitetos, alunos e colegas da Escola Nacional de Belas Artes pareciam se esquecer dos feitos, títulos e contribuições de José Marianno Filho, tentando apagar os laços que um dia os ligaram. Aqueles que o tiveram como “*O ilustre critico de arte... o grande batalhador em prol da boa architectura*” (REVISTA ARCHITECTURA NO BRASIL N. 1 V. 1 A. 1, Outubro de 1921, p. 38) acabaram por se afastar dele, muito para suas próprias sobrevivência no mercado da construção civil carioca, que, conforme pudemos descobrir por meio de ser artigos, era vigiado por Marianno, que, publicamente, expunha aqueles que ‘cambiavam de conduta’.

Não nos cabe discutir ou atribuir o certo ou o errado no enredo desta história, mas nos cabe apontar nos meandros desse debate, o diálogo estabelecido entre José Marianno e os diversos personagens vinculados a ele. Em 1921 José Marianno promoveu o Concurso “*Heitor de Mello*” publicado pela Revista Architectura no Brasil e aprovado pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Arquitetos Gastão Bahiana, através de uma carta que José Marianno o enviou justificando a importância do Concurso.

O ilustre critico de arte Dr. José Marianno Filho, o grande batalhador em prol da boa architectura, e um apreciador extraordinário da bellezas escondidas do nosso estylo colonial, no intuito louvável de incrementar os estudos preliminares tendentes á criação de um typo de architectura nacional, inspirado directamente naquele estylo tradicional, resolveu instituir um premio annual a que denominou de Heitor de Mello, conferindo em concurso publico julgado pelo Instituto Brasileiro de Architectos, aos três concurrentes que melhores projectos apresentarem dentro do estylo indicado, e de accôrdo com o programmaestabelecido. Para esse fim enviou o Sr. José Marianno Filho ao presidente do Instituto de Architectos a seguinte carta:

Ilmo. Snr. Prof. Gastão Bahiana.

No intuito de incrementar os necessários estudos preliminares para a criação de um typo de architectura nacional inspirada directamente no estylo tradicional atravez das construções architectonicas sacras e civis praticadas no Brasil durante o período colonial, sob a direção artística dos missionários Jesuitas, resolvi instituir três prêmios, um de um conto e quinhentos, um de um conto de réis, e outro de quinhentos mil réis, para os projectos classificados respectivamente em 1º, 2º e

3º lugares pelo Instituto Brasileiro de Architectos em concurso publico numa das salas da Escola Nacional de Bellas Artes, por ocasião do Salão annual do ano corrente.

Tratando-se essencialmente da reconstituição de uma estylo architectonico com a representação de todos os característicos tradicionaes, desejo que os concurrentes ao referido certamen estejam estrictamente de accordo com as seguintes indicações:

Projecto de habitação domestica para arrabalde, constando de rez do chão e um pavimento superior, em terreno de 20 metros de frente por 50 de fundo. Orçamento: cem contos de réis.

- a) – Todos os motivos architectonicos, quer decorativos, quer constructivos, deverão ser inspirados exclusivamente em modelos preexistentes no Brasil, atravez da architectura característica da epocha colonial.*
- b) – Todos esses motivos terão igualmente um tratamento architectonico tradicional (columnasgalbadas, arco abatido das arcadas, açoutamento dos telhados, largura dos vãos, etc);*
- c) – Uso exclusivo da ordem toscana nas composições.*
- d) – Mão de obra (apparelho) igualmente de accordo com as praxes, tradicionais (enxilharia de granito, estuque, chãos, etc).*
- e) – Adaptação perfeita ás condições da vida moderna de accordo com as exigências das posturas municipaes.*
- f) – Os projetos approvados ficarão pertencendo á Sociedade Brasileira de Bellas Artes, que os venderá em leilão publico, nesta cidade trinta dias depois do encerramento do respectivo Salão, applicando como melhor lhe parecer a soma que tiverem alcançado, em favor do patrimônio da mesma Sociedade.*

Deixando ao alvitre de V. S. a organização e abertura da concorrência, e bem assim o julgamento dos respectivos projectos executados de accordo com as indicações acima mencionadas, confio plenamente no êxito desse modesto certamen, do qual poderá resultar o favor publico por um assumpto de grande relevância para a arte brasileira.

Queira V. S. aceitar os protestos de alta consideração

doAmdr. Attº e Obgº

José Marianno Filho. (Revista de Architectura no Brasil N. 1 V. 1 A. 1, Outubro de 1921, p. 38 e 39).

Os concursos promovidos por José Marianno e patrocinados pelo Instituto Brasileiro de Arquitetos foram importantes para o desenvolvimento da arquitetura carioca e, também, por engajar no campo arquitetônico novos nomes, que mais tarde se tornam importantes para a história da arquitetura brasileira, como Lucio Costa.

A década de 1920 foi caracterizada por esses concursos, que tinham como referência, até o momento, a arquitetura colonial. As diretrizes contidas na abertura do concurso eram de que os candidatos devessem seguir parâmetros da arquitetura colonial, divulgados por José Marianno e, até o momento, acatado pelo Instituto Brasileiro de Arquitetos, como se vê a seguir no trecho publicado na Revista de Architectura no Brasil:

Como prova da sua eficiência tem o Instituto patrocinado cinco concursos de projetos de arquitectura entre os seus sócios, respectivamente, para o restaurante envidraçado do Passeio Público, duas portas monumentais para a Exposição Internacional, fonte monumental e, ultimamente um edifício em estylo colonial, aberto pelo Dr. José Marianno Filho. (Revista de Architectura no Brasil N. 1 V. 1 A. 1, Outubro de 1921, p. 38 e 39).

No concurso de 1921 do Prêmio Heitor de Mello, os premiados foram: 1º Prêmio, F. Nerêo de Sampaio e Gabriel Fernandes; 2º Prêmio, Angelo Brunhs e J. Camargo; 3º Prêmio, Augusto de Vasconcellos e o ônus pelos projetos premiados foram pagos por José Marianno Filho.

O Instituto Brasileiro de Arquitetos reconhecia a importância de José Marianno e a contribuição que vinha oferecendo na difusão da arquitetura carioca, tanto que a Revista de Architectura do Brasil proporcionou um almoço de agradecimento a José Marianno pela elaboração do Prêmio Heitor de Mello.

Realizou-se a 15 do corrente o almoço que o Instituto Brasileiro de Architectos offereceu ao Dr. José Marianno Filho, o benemérito instituidor do Premio Heitor de Mello. O patriótico esforço e o efficaz interesse que revelou o Sr. Dr. José Marianno Filho pela arte nacional, justifica realmente a homenagem que significa esse almoço organizado pela útil sociedade de architectura. (Revista de Architectura no Brasil N. 1 V. 1 A. 1, Outubro de 1921, p. 44).

Durante o almoço, José Marianno foi homenageado pelos membros do Instituto Brasileiro de Arquitetos e, também, homenageado pelos dizeres discursados pelo 1º Secretário do Instituto Sr. Henrique Vasconcelos, que exprimiu sua gratidão a José Marianno pela criação do prêmio Heitor de Mello.

No texto “romântico” de Henrique Vasconcelos é transparente a consideração que o Instituto de Arquitetos Brasileiro exprime por José Marianno e, como, seu nome fez ressoar um novo cenário da análise, crítica e consolidação das artes e arquitetura brasileira, o qualificando como sendo “*Portador de um nome ilustre com uma bagagem vultuosa de relevantes serviços á Pátria*”. (REVISTA DE ARCHITECTURA NO BRASIL, p. 45).

Após o discurso de Henrique Vasconcelos foi a vez de José Marianno discursar, porém nos ateremos a um trecho do agradecimento de José Marianno, pois esse, expressa o pensamento de nosso personagem sobre o Neocolonial:

O neocolonial deve, e pode exprimir novas formas dentro do espírito que elle representa. Eu tenho para mim que uma grande parte do desfavor publico acerca do estylo colonial provem de grosseiros preconceitos fáceis de remover. Apresentar o neocolonial com a roupagem do século XX seria um anachronismo inexplicável. A língua vernácula do século XVII não é a mesma que se falava ou escrevia no começo do século XVII. (Revista de Architectura no Brasil N. 1 V. 1 A. 1, Outubro de 1921, p. 45).

José Marianno, mesmo sendo um tradicionalista, tinha consciência que o Neocolonial caberia ao século XX, porém, não como a arquitetura colonial cabia no século XVII, afinal para José Marianno Filho havia uma diferença nestes séculos, as necessidades eram outras, as diversas estruturas que meneavam o século XVII não eram as mesmas que agora se faziam necessárias ao século XX. Sendo assim, o trabalho proposto por José Marianno na arquitetura ao defender a arquitetura Neocolonial⁷ era adaptar as referências coloniais para o século XX, delimitando, porém, aspectos que preservassem uma arquitetura “nacional, patriota”.

4.3 Cidade

José Marianno não se ateuve à discussão da arte e da arquitetura, mas também se debruçou a estudar a cidade. Esta aproximação talvez seja fruto de sua formação em Medicina, já que, como autores como Françoise Choay colocam, a medicina foi um dos tripés para o nascimento do urbanismo (CHOAY, 2000). Assim, em seus escritos também se nota sua preocupação com o urbanismo, as estruturas de saneamento, com a saúde e a higienização e, também, com a arborização podem trazer à cidade. Com certa ênfase, José Marianno discute a construção do Passeio Público e dos Chafarizes de Mestre Valentim no Rio, explorando suas dimensões artísticas, mas, também, o que representaram para a cidade.

4.3.1 O Passeio Público

Ao analisar os escritos de José Marianno no que diz respeito à cidade do século XIX, observa-se um descontentamento que advém de um motivo: a interferência na estética da cidade em virtude de referências formais a outros países.

José Marianno elencou uma série de construções que ocorreram no Rio de Janeiro, desde o início do século XIX, que desfiguraram as construções realizadas no século XVII e XVIII, antes revestidas do “nacional” e, agora, tomadas pelas referências francesas, norteamericanas ou nórdicas. Dentre elas, o Passeio Público, parque mandado construir por Dom

⁷ José Marianno não era favorável a nomenclatura “neocolonial”, mas sim um defensor do “estilo de arquitetura tradicional. A respeito, ver Atique, 2010.

Luis de Vasconcellos e Souza, no final do século XVIII, com composição do Mestre Valentim, mereceu atenção de José Marianno por ter sofrido interferências de referências estrangeiras.

O parque havia sido reformado em 1841, segundo José Marianno, mas, em 1862 há uma nova reforma, delegada ao Tabelião Francisco José Fialho pelo Imperador Dom Pedro II. Francisco José Fialho, por sua vez incumbiu o arquiteto francês Auguste Glaziou, em janeiro de 1861, de reformar o Passeio Público. O arquiteto francês já havia realizado, anteriormente, duas obras na cidade, sendo “*contratado em Paris especialmente para delinear e arborisar os dois mais belos jardins da cidade: o do Campo de Sant’Ana, e o da Quinta da Bôa Vista.*” (MARIANNO FILHO, 1942b, p. 89).

Marianno aponta que a reforma que se finda em 1862 foi desastrosa, alterando completamente “*o primitivo traçado geométrico imposto por Mestre Valentim*” (MARIANNO FILHO, 1942b, p. 90). Para ele, essa alteração reduziu as referências nacionais para dar espaço a referências estrangeiras, alocando no Parque do Passeio Público ornamentos que vinham do além-mar e que descaracterizavam o estilo nacional.

De Paris vieram para embelesar o parque três estatuas alegóricas de ferro, fundidas por Barbezat, afora um pontilhão também de ferro, imitando galhos de arvores. Para maior conforto público, levantou-se ao lado esquerdo do parque amplo pavilhão de estrutura metálica, por traz do qual funcionava uma espécie de Buffet e cosinha... Mais para o lado direito quase no ângulo da Lapa, surgiu vistoso chalet com escadaria à vista destinado à habitação dos empregados do jardim. (MARIANNO FILHO, 1942b p. 90-91).

José Marianno criticou a postura existente no século XIX de se abrir as portas das referências de ornamentos, sejam objetos ou árvores, plantas, palmeiras, ou construções que vinham de outros países e se instalavam no Brasil. Os chalés, citados por José Marianno, construídos no Brasil, eram, aos seus olhos, uma referência suíça que dominaria o Brasil já no século XIX e adentraria, também, o século XX.

A respeito dos “ferros que imitavam galhos de árvores” e que compuseram o Passeio Público, foi observado por José Marianno, que não foi só o Passeio Público fora revestido desses ornamentos; também diversos pontos e jardins da cidade foram ornamentados com elementos que imitavam pedras e árvores. Esse gênero foi criticado por José Marianno, pois além de não trazer uma leitura nacional, e sim, estrangeira, também desfigurava as características, de estilo nacional.

Listamos abaixo algumas explicações “mariannas” para essa “*miscigenação*” de culturas:

- Primeiro, a abertura dos portos em 1808 impôs mudanças na estrutura arquitetônica, em virtude da vinda da Família Real e da alteração das janelas das casas, ou seja, um problema de “forma”.
- Segundo, também está atrelada à abertura dos portos, o fato de o Brasil não estabelecer mais somente relações oficiais com Portugal, o que acarretou a entrada de franceses, ingleses, holandeses, italianos, espanhóis e alemães, que durante o século XIX e início do XX ao se estabelecerem no Brasil também trouxeram suas referências artístico-espaciais.
- Terceiro, a “febre de se copiar” o que era de fora.
- Quarto, a ida de muitos brasileiros para a Europa, com a finalidade de estudar, os fizeram voltar com referências européias.

Esses fatores fizeram do século XIX, segundo José Marianno, um século de demolições das construções do século XVII e XVIII para substituir essas construções por construções que tinham aspectos estrangeiros, além de algumas serem construções de “*cascatas artificiais*” que imitavam pedras e árvores. Destarte, José Marianno denominará o século XIX como o século da arte de “fingir”, pois tudo era imitação, fingia representar algo, essa postura não era nacional, mas estrangeira.

Os cascadeiros franceses exímios fabricantes de cascatas artificiais (Campo de Santana) criaram o gênero de imitar árvores e pedras. Aliás, durante todo o século XIX a arte de fingir foi muito do agrado do povo. Havia fingidores de madeira, de mármore e sobretudo de pedra. Os oficiais fingidores, ao quais não se pôde negar uma grande habilidade, imitavam a pedra sobre a própria pedra. Esse hábito foi ainda praticado no Rio de Janeiro no começo do século atual. (MARIANNO FILHO, 1942b, p. 91).

José Marianno será enfático ao pontuar que o projeto realizado no Passeio Público pelas mãos de A. Glaziou teve caráter ornamental, de acordo com os moldes franceses, mas não era funcional, ao passo que o projeto inicial do parque, realizado por Mestre Valentim visava a comodidade do público. Entretanto, ele pondera que o que passou a importar no século XIX era a “*mania brasileira de modernização*” que fez com que “*o parque de Valentim, o primeiro que se construiu na América do Sul, perdesse suas características*

essenciais, em favor de novas concepções, não condicionadas aos fatores mesológicos da nação.” (MARIANNO FILHO, 1942b, p. 93).

Não foi somente o parque do Passeio Público, o único projeto do Mestre Valentim a ser extirpado: outros realizados no século XVIII também foram arrasados, sobretudo os chafarizes públicos, que foram objeto de análise de José Marianno.

4.3.2 Os Chafarizes do Mestre Valentim

A defesa de José Marianno ao Mestre Valentim estava pautada na funcionalidade de seus projetos. Esta funcionalidade, para José Marianno dizia respeito ao atendimento às necessidades da população. Dessa maneira, José Marianno afirma que os três chafarizes construídos por Valentim, no Rio de Janeiro, possuíam essas qualidades cívico-espaciais, o que pode ser observado na obra de José Marianno *Os três chafarizes de Mestre Valentim*, de 1943.

Nessa obra, Marianno se remete aos três chafarizes públicos construídos no Rio de Janeiro, entre 1783 e 1789, pelo Vice Rey Dom Luis de Vasconcellos e Souza. Essas obras, segundo José Marianno, fizeram despontar o talento de Valentim da Fonseca e Silva como toreuta, mas, também mostra como esses chafarizes foram cruciais e necessários para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro. Junto dessa função urbana, analisa, ainda os ornamentos dessas obras. O autor, porém, não deixa de mencionar o descaso com tais obras no decorrer dos anos, e informa o destino dos chafarizes, bem como o caminho que tomou cada um de seus ornamentos.

O Chafariz das Marrecas, por exemplo, construído em 1785, foi funcional para a cidade carioca a fim de sanar problemas de abastecimento de água dos habitantes, pois, segundo Marianno com a *“formação dos núcleos primários de urbanização ao longo da costa”*, o Vice Rey Dom Luis enfrentava dois problemas urbanísticos: primeiro, a *“extensão de rede de abastecimento de água até a orla marítima”*; o segundo, *“o aterro infecto do Boqueirão da Ajuda”*(MARIANNO FILHO, 1943c, p.8). Esses problemas geravam a falta de água e também a falta de higiene na cidade, o que ocasionava muitos casos de doenças:

O povo temia as emanações deletérias dos pântanos, era corrente, entretida pela geral ignorância do povo, que as febres se originavam das emanações dos pântanos, ou das imundícias, não estavam os brasileiros muito longe daquilo que os italianos chamavam mal'aria. (MARIANNO FILHO, 1943c, p. 08).

A construção do chafariz nesse local foi salutar para atender a população dessas imediações e sanar esses problemas. O autor John Luccok, muito citado por José Marianno, abordou, também, sobre o Chafariz das Marrecas, porém, supôs que o chafariz foi usado muitas vezes para lavagem de roupa. O chafariz serviu à população por mais de um século, mas a partir do momento em que surge a rede de água e esgoto no século XIX e o chafariz perde sua funcionalidade, não há uma reflexão em preservá-lo. Em 1896 o chafariz é demolido, restando somente os ornamentos que o compunham, os quais acabaram por ser espalhados pela cidade.

As estátuas de Echo e Narciso levadas para o recinto do Jardim Botânico pelo diretor daquele Instituto, o botânico Barbosa Rodrigues. Dos patos que substituíram em 1888 as primitivas marrecas modeladas por Valentim, dois foram recolhidos ao Arquivo Municipal do Rio de Janeiro. (MARIANNO FILHO, 1943c, p. 13).

O Chafariz da Praça do Carmo, por sua vez, construído em 1789, segundo José Marianno, era “ornamentado e exótico”, mas inadequado para servir à população, tanto que quebrou. O Chafariz das Saracuras, por fim, construído em 1795, era um projeto engenhoso, mas também foi demolido.

Destarte, José Marianno contempla o século XIX como sendo o século em que as obras realizadas no século XVII e XVIII foram extirpadas e deram lugar a algo novo, que surgia em virtude de uma série de fatores. Sendo assim, a “arte de fingir” e de “copiar o estrangeiro”, atravessa o século XIX e invadem o século XX. Similarmente, no século XX as “casas arejadas” de estilo “tradicional” que Marianno pregava, eram substituídas, precocemente, por novas construções. Essas novas construções, os arranha-céus, de acordo com Marianno, não eram funcionais e feriam a estética da cidade.

A cidade carioca aumentava consideravelmente, a construção de “*arranha-ceos*” como grafava José Marianno, fazia com que uma gama de pessoas pudesse residir em uma “*caixa d'água*” (termo muito utilizado por José Marianno para descrever os prédios com aspectos quadrados ou retangulares, que surgiram no século XX), utilizando poucos metros quadrados de construção, fazendo aumentar a população da cidade, o tráfego nas ruas, o crescimento também considerável dos bairros pobres, sem ter um projeto urbanístico que pudesse controlar esse crescimento:

A estética da cidade continuou a mercê da incapacidade jactanciosa dos falsos arquitetos. Ao atravessar as novas avenidas da cidade, o arquiteto francês Bouvard exclamou desolado: 'C'est bien dominage, Mais vous n'avez pás d'architects'... A proporção que a cidade aumenta em todas as direções, medidas deveriam ser tomadas, no sentido de fixar a orientação das ruas, a sua largura, e bem assim a extensão dos lotes, para que se não repitam os inconvenientes observados nos bairros pobres que nasceram ao léu dos interesses particulares. A arquitetura dos bairros pobres é frágil, realizada com materiais improvisados, sendo por isso de duração efêmera. (MARIANNO FILHO, 1943c, p. 11).

Devido a esse crescimento desenfreado, surgiram problemas sérios, que José Marianno classificou como os três flagelos da cidade: “Três graves questões (uma das quais poderia ser resolvida num ano) possui a cidade no terreno no urbanismo; as inundações, a reflorestação dos morros, e o aproveitamento industrial do lixo.” (MARIANNO FILHO, 1943c, p.11). José Marianno faz um levantamento sobre os problemas das favelas no Rio de Janeiro e propôs soluções de substituição e transferência de famílias dessas casas para outras melhores, propondo que fossem semelhantes às casas sulistas, em virtude dos baixos recursos dessa massa. O autor deixa claro sua preocupação com a estética do Rio, mas, como médico por formação, também acentua a sua preocupação social, no que tange as doenças que habitações como as das favelas podiam causar.

5. Considerações finais

A análise das obras de José Marianno Carneiro da Cunha Filho permitiu entender que sua contribuição foi maior do que a que costumeiramente se atribui, dentro da historiografia. Considerado “apenas” um dileitante das artes e um dos pioneiros do movimento neocolonial, sua ação como articulista de jornais, escritor e palestrante que teve “algumas” obras publicadas permanece vigente no meio acadêmico. Contudo, esta pesquisa procurou entender quais foram as teses lançadas por José Marianno e que, de certa forma, ajudaram a criar certa ideia das artes, da cidade e da arquitetura, sobretudo do Rio de Janeiro, nos séculos estudados. Dessa forma, o debate proposto pelo próprio autor, o coloca como uma referência para o campo da Historiografia da Arquitetura Brasileira, estabelecendo um debate com os demais autores do período em que viveu.

Através das publicações de José Marianno foi possível entender o debate proposto no período em questão e, também, a sua apreciação sobre o século XIX, pois os fatores que estavam amalgamados no século XIX provocaram as modificações na arquitetura tradicional, em virtude dos vieses estrangeiros basilares para que a arquitetura caminhasse para o modernismo rechaçado por José Marianno.

Assim sendo, o levantamento das obras de José Marianno nos ofereceu um cabedal de materiais necessários para explorar melhor sua importância no cerne da arte, da arquitetura e da cidade. Enfim, essa pesquisa nos proporcionou um conhecimento mais amplo de José Marianno Carneiro da Cunha Filho como ator social no campo da arte, da arquitetura e da cidade, porém, nos permitiu abarcar outras questões também relevantes para compreender a relevância do debate proposto por José Marianno nessa tríade, pois, pôde-se observar que o personagem em questão também foi lido e estudado por outros autores e que foram citados ao longo dessa monografia, assim sendo, a junção de suas obras permitem com que os escritos de José Marianno nos sejam fontes para melhor compreensão do período neocolonial, mas também nos permite um novo campo de discussão: como se deu a recepção de suas publicações, isto é, quem leu suas obras e quem as citou?

Esse novo campo de discussão, ainda que seja mais profundo pode nortear melhor compreensão do debate que o nome José Marianno Filho representou para a História da Arquitetura Brasileira e será objeto de nossos estudos futuros.

Diante desse corolário, é importante salientar que não nos coube partir em defesa do modernismo de Lucio Costa ou da “arquitetura tradicional” de José Marianno, mas mostrar como o embate promovido por estas distintas vertentes proporcionaram o levante de mecanismos que são de suma importância para um estudo aprofundado no âmbito da História da Arquitetura. Ademais, a posição de José Marianno e as obras publicadas e propagadas nas décadas de 1920, 1930 e 1940 permitiram uma análise dos meandros da transição das referências arquitetônicas no Brasil, bem como a identidade que se construía e que a arte, a arquitetura e a cidade pôde mostrar os processos dessa construção, porém, a construção dessa identidade, parece não estar atrelada somente ao neocolonial ou somente ao modernismo, pois, mediante os estudos e pesquisas, bem como as fontes citadas, pode-se pensar acerca da construção dessa identidade como sendo as relações entre as pluralidades existentes no Brasil, porém, esse estudar a questão da identidade não é simples, é complexo e é uma discussão que está posta também atualmente.

Destarte, o neocolonial e seus propugnadores, bem como a visão de progresso dos modernistas era apenas uma das pluralidades existentes e não há como definir um como sendo verdadeiro e o outro como falso do que melhor representava a arquitetura no Brasil, são propostas diferentes, mas que foram preponderantes, cada uma a seu tempo, para a compreensão do período, independente de suas intempéries.

6. Referências Bibliográficas

- ATIQUÉ, Fernando. Urdiduras Continentais no debate acerca do *Mission Style*. Notas sobre o Pan-Americanismo na Arquitetura Neocolonial. **Revista da ANPHLAC**. São Paulo: ANPLAC, 2011. (no prelo).
- _____. Formas que (Não) Unem: a Arquitetura Neocolonial e o Estilo Missões nas visões de José Marianno Filho e Ricardo Severo. Texto apresentado no II Colóquio Sonho e Razão. São Paulo: UNIFESP/ Instituto Cervantes, 2010.
- _____. **Arquitetando a “Boa Vizinhança”**: a sociedade urbana do Brasil e a recepção do mundo norte-americano, 1876-1945. (Tese de Doutorado). São Paulo: FAUUSP, 2007.
- BANDEIRA, Julio. **Solar de Monjope**. Rio de Janeiro: Reler, 2008.
- BITTAR, William SebaMallmann. **O movimento neocolonial na arquitetura do Brasil**, Caderno de Arquitetura / Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo. Bauru: FAAC, UNESP, 1996.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- CASTRO, Ana. **A São Paulo de Menotti Del Picchia**. São Paulo: Alameda, 2008.
- CHOAY, Françoise. O Urbanismo: utopias e realidade – uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **A fase heroica. O patrimônio em processo: trajetória da política federal da preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFPR/IPHAN, 1997.
- KESSEL, Carlos. **Arquitetura Neocolonial no Brasil – entre o pastiche e a modernidade**, Rio de Janeiro: Editora Jauá, 2008.
- LEONÍDIO, Otávio. **Carradas de Razões: Lucio Costa e a Arquitetura Moderna Brasileira**. Rio de Janeiro: Loyola, 2007.
- LIRA, José Tavares Correia de. **Mocambo e cidade: regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado**. (Tese de Doutorado). São Paulo: FAUUSP, 1997.
- MARIANNO FILHO, José, **A estatuária do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo**, Rio de Janeiro: Est. De Artes Gráficas, 1946.
- _____. **A arborização das estradas de rodagem**, Rio de Janeiro: Serviço de documentação, Ministério da agricultura, 1945.
- _____. **Urbanite Aguda**, Rio de Janeiro: Empreza Graphica Paulo Pongetti, 1945
- _____. **Debates sobre estética e urbanismo**, Rio de Janeiro: Est. De Artes Gráficas, 1943.

_____. **Influências Muçulmanas na arquitetura tradicional brasileira**, Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1943.

_____. **Acerca dos copiares do nordeste brasileiro**, Rio de Janeiro: Est. De Artes Gráficas, 1942.

_____. **Estudos de Arte Brasileira**, Rio de Janeiro: Est. De Artes Gráficas, 1942

_____. **Aspectos do problema florestal brasileiro**, Rio de Janeiro: Editora Elba, 1934.

_____. **O problema florestal de Petrópolis**, Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1933.

_____. **Ensaio sobre as melipondas do Brasil**, Rio de Janeiro: Typ. BesnardFrères, 1911.

MARINS, Paulo César Garcez. **Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista** IN: Setúbal, Maria Alice (coord. do projeto) Terra paulista: trajetórias contemporâneas. São Paulo: CENPEC/Imprensa Oficial, 2008, p. 137-167.

MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. **Arquitetura e Estado no Brasil**. Elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil: a obra de Lucio Costa, 1924/1952. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 1987.

MELLO, Joana de. **Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa á arquitetura brasileira**. São Paulo: FAPESP, 2007

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. **A História da Arquitetura Brasileira e a Preservação do Patrimônio Cultural**, 2005.

SANTOS, Paulo F. **Quatro séculos de Arquitetura**, IAB, Rio de Janeiro: 1981.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil: 1900-1990**. São Paulo: EDUSP, 1999.

SÍFCO S.A **Sífcó: participação Ativa no Desenvolvimento Industrial Brasileiro**, 2008

SOLAR MONJOPE. Disponível em: <http://www.rioquepassou.com.br/2009/01/29/solar-monjope/>. Acessado em 09 de maio de 2010.

SOUZA, Ricardo Forjaz Christiano. **O debate arquitetônico brasileiro, 1925-1936**, (Tese de Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 2004.

WISNIK, Guilherme, **Lucio Costa**, Cosac&Naify. Rio de Janeiro: 2001.

Disponível em: <http://www.cbg.org.br/galeria_leopoldo_feijo.html. Acessado em 10 de julho de 2011 às 18 horas>

Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/1689?show=full>. Acessado em 01 de abril de 2011 às 15:20 horas>

Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.115/2>. Acessado em 28 de abril de 2013 às 17:35 horas>

Disponível em: < <http://www.rioquepassou.com.br/2009/01/29/solar-monjope/>>. Acessado em 28 de abril às 17:50>

APÊNDICE I - Cronologia de José Marianno Carneiro da Cunha Filho

- 13/04/1881** – Nascimento de José Marianno Filho, em Pernambuco, no Solar de Monjope, próximo à cidade de Recife.
- 1893** – Chegada ao Rio de Janeiro junto com o irmão Olegário Marianno e com a mãe Olegária, fixando residência no Bairro do Cosme Velho.
- 09/07/1908** – Se casa com Violeta Siciliano no Rio de Janeiro, após conhecê-la em uma viagem de navio, regressando da Europa, poucos meses antes.
- 1911** – Assistente dos Trabalhos de *Physiologia Vegetal do Jardim Botânico no Rio de Janeiro*. No mesmo ano publica o livro **Ensaio sobre as Melipondas do Brasil** (Typ. Besnard Frères).
- Início dos anos de 1920** – José Marianno aparece como um dos membros fundadores do Rotary Club do Rio de Janeiro e também, na mesma década, como sócio fundador do Instituto Central de Arquitetos, na mesma cidade.
- 1921** – Sócio Fundador da Sociedade Brasileira de Belas Artes, com sede no Rio de Janeiro.
- 1923** – Encontro de José Marianno com Lucio Costa. José Marianno se apresenta a Lucio Costa mediante um bilhete, expressando o desejo de conhecê-lo melhor.
- 1924** – Diretor da Sociedade Central de Arquitetos e do Instituto Central de Arquitetos, ano em que essas sociedades também sofreram uma fusão a pedido de José Marianno. Nesse mesmo ano é decidida a construção do Solar de Monjope.
- 1926** – Publicação do artigo “A balburdia architectonica do Rio de Janeiro” (A Noite, Rio de Janeiro). No mesmo ano, publica os artigos: “O debate aberto em torno do nosso padrão architectural” (A Noite, Rio de Janeiro) e “Reflexões sobre architectura” (O Jornal, Rio de Janeiro).
- 1926 e 1927** – Toma posse como Diretor da Escola Nacional de Belas Artes.

1928 – Conclusão da construção do Solar de Monjope. No mesmo ano publica os artigos “Impressões do Salão” (Diário de Notícias do Rio de Janeiro), “A glorificação de um falso heroe” (O Jornal, Rio de Janeiro), “Do verbo projectar em architectura” (O Jornal, Rio de Janeiro), “Contra o arranha-céu” (O Jornal, Rio de Janeiro), “Sobre o patrimônio artístico da nação” (O Jornal, Rio de Janeiro), “Da architectura como fator de nacionalização” (O Jornal, Rio de Janeiro), “O patrimônio artístico de Minas Geraes” (O Jornal, Rio de Janeiro), “O novo edifício da Escola Normal” (O Jornal, Rio de Janeiro) e “A defesa esthetica da cidade” (O Jornal, Rio de Janeiro).

1929 – Publicação dos artigos “Mestre Aleijadinho e seus algozes” (O Jornal, Rio de Janeiro), “Precisa-se de um architecto” (O Jornal, Rio de Janeiro), “A excomunhão gloriosa da architectura brasileira” (O Jornal, Rio de Janeiro), “Uma invencionice architectonica” (O Jornal, Rio de Janeiro), “Brasilidade imaginária” (O Jornal, Rio de Janeiro), “A velha do piolho” (O Jornal, Rio de Janeiro), “Decálogo do architecto brasileiro” (O Jornal, Rio de Janeiro) e “38 à sombra” (O Jornal, Rio de Janeiro). Publica a sequência de artigos denominados “Urbanite Aguda” (O Jornal, Rio de Janeiro) [“Urbanite Aguda II” a VII” (O Jornal, Rio de Janeiro), mais o epílogo “Da urbanite aguda e seu tratamento racional” (O Jornal, Rio de Janeiro)]. No mesmo ano publica, ainda, “Architectura scenographica” (O Jornal, Rio de Janeiro), “Salsichas de Viena” (O Jornal, Rio de Janeiro), “O melhor, no gênero máo” (O Jornal, Rio de Janeiro), “A architectura brasileira não é colonial” (O Jornal, Rio de Janeiro), “Architectura acanalhada” (O Jornal, Rio de Janeiro) e “Historia mal contada” (O Jornal, Rio de Janeiro).

1930 – Publicação da reportagem “Pela regulamentação do diploma de arquiteto: um toque de clarim” (O Globo). No mesmo ano: Publicação do artigo “A profissão de mãe Joana” (O Jornal, Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “Proezas de Blakaman” (O Jornal, Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “Congresso Pan-Americano de Architectos” (Diário da Noite, São Paulo). No mesmo ano: Publicação do artigo “Architectura e engenharia são coisas opostas” (O Jornal, Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “*Les affaires sont les affaires*” (O Jornal, Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “Os grandes congressos de 1930” (Jornal do Brasil).

- 1931** – Publicação do artigo “O contágio dos máos exemplos” (O Jornal, Rio de Janeiro).
- 1932** – Publicação do artigo “Uma cidade sem jardins” (Diário de Notícias do Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “O problema florestal de Petrópolis” (O Jornal, Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “Uma grande blague” (O Jornal, Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “Symbiose da maldade com a ignorância” (O Jornal, Rio de Janeiro).
- 1933** – Publicação do livro **O Problema Florestal de Petrópolis**, (Rio, O Cruzeiro).
- 1934** – Membro do Conselho Technico Florestal da Prefeitura do Rio de Janeiro e Membro da Comissão do Código do Conselho Florestal. No mesmo ano: Publicação do livro **Aspectos do Problema Florestal brasileiro** (Editora Elba).
- 1935** – Publicação do artigo “Revoltante mystificação” (Diário de Notícias do Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “A Cidade Universitária e o Plano Agache” (Diário de Notícias do Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “Viva o ministro!” (Diário de Notícias do Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “Autophagia” (Diário de Notícias do Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “Anarquia Urbanística” (Diário de Notícias do Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “Erro fundamental” (Diário de Pernambuco). No mesmo ano: Publicação do artigo “Urbanismo “*on paper*” (Diário de Notícias do Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “Guerra a paisagem” (Diário de Notícias do Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “Acudam as árvores da cidade!” (Diário de Notícias do Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “Erro fundamental” (O Jornal, Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “A criação de um Museu Nacional de Arte” (Diário da Noite, Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “A architectura escolar” (Diário de Notícias do Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “A miséria estylizada” (Jornal do Comércio, Pernambuco). No mesmo ano: Publicação do artigo “Metabolismo Urbano” (Diário de Notícias do Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “A tosquia das árvores” (Diário de Notícias do Rio de Janeiro).

1936 – Publicação do artigo “As maravilhas da architectura comunista” (Diário de Notícias, Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “Escondendo o sol com a peneira” (Diário de Notícias do Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “Insensíveis a lição” (Diário de Notícias do Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “O problema architectonico nacional” (Diário de Notícias do Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “Um calamitoso erro de urbanismo” (Diário de Notícias do Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “A Cidade Universitária” (Diário de Notícias do Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “A volúpia de errar” (Diário de Notícias do Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “Pequena lição de urbanismo” (Diário de Notícias do Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “Rasguem-se tunneis nas montanhas!” (O Globo). No mesmo ano: Publicação do artigo “A formação das cidades brasileiras” (Diário de Notícias do Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “O prestígio das palavras” (Diário de Notícias do Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “As tendências modernas da architectura” (Gazeta, São Paulo). No mesmo ano: Publicação do artigo “O anjo Gabriel” (Diário de Notícias do Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “Confusionismo” (Diário de Notícias do Rio de Janeiro). No mesmo ano: Publicação do artigo “As árvores do passeio público” (Diário de Notícias do Rio de Janeiro).

1938 – Publicação da reportagem “Um impulso ao bom senso”

1942 – Publicação dos livros **Acerca dos Copiares do Nordeste Brasileiro** e **Estudos de Arte Brasileira** (Editora Artes Gráficas).

1943 – Publicação dos livros **Influências Muçulmanas na Arquitetura Tradicional Brasileira** (Editora A Noite) e **Debates sobre Estética e Urbanismo** (Est. de Artes Gráficas).

1945 – Publicação dos livros **A Arborização das Estradas de Rodagem** e **Urbanite Aguda** (Editora Artes Gráficas)

05/06/1946 – Falecimento de José Marianno Carneiro da Cunha Filho no Rio de Janeiro, vitimado pelo câncer.

Setembro/1946 – Publicação do livro **A Estatuária do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo**.⁸

A pesquisa histórica desenvolvida buscou mobilizar a produção textual de José Marianno, embora estimássemos um volume grande, não tínhamos ideia do volume a ser encontrado. Esse levantamento constitui-se, de fato, numa sistematização de grande parte da produção de José Marianno, e tornou-se, por assim dizer, numa sistematização das próprias fontes de pesquisa desta Monografia. Desta forma, convém tecer algumas considerações sobre o encontrado.

A primeira publicação, em que possuímos confirmação de publicação, de José Marianno provavelmente data de 1911¹ **Ensaio sobre as Melipondas do Brasil**, época em que ainda José Marianno era assistente de trabalhos de Fisiologia Vegetal do Jardim Botânico no Rio de Janeiro. Porém, entre os anos de 1911 e 1920 nota-se um silêncio de quase dez anos, que se findará no início da década de 1920, quando, como já visto, José Marianno se tornou um dos membros da fundação do Rotary Club e, posteriormente, sócio fundador do Instituto Central de Arquitetos (1921), Diretor da Sociedade Central de Arquitetos (1924) e Diretor da Escola Nacional de Belas Artes (1926-1927). É, portanto, a partir desse momento que José Marianno se envereda pela empreitada de crítico da arte, da arquitetura e da cidade, atividade que desenvolverá por mais de duas décadas, e que permite afirmar sua relevância no debate intelectual brasileiro das décadas de 1920, 1930 e 1940.

⁸ José Marianno Filho se debruçou no estudo das obras do tореuta Antonio Francisco Lisboa (Aleijadinho), sobretudo a Estatuária do Senhor Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo, entre os anos de 1942-1945. Nessa obra José Marianno elencou uma série de estudiosos do início do século XX, que também se debruçaram nas análises das estátuas executadas por Aleijadinho. Cunha Filho apontou algumas falhas nas observações destes estudiosos. A concepção do livro **A Estatuária do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo**, se deu entre os anos de 1942-1945, como dito anteriormente, porém foi publicado somente em setembro de 1946, período posterior a morte de José Marianno Filho.

APÊNDICE II – Planilhas descritivas das Publicações Seriadas e Textuais

PLANILHA DESCRITIVA DE CONTEÚDO					
Autor	Título do livro	Data publicação	Editora	Descrição	Conteúdo sobre o século XIX
MARIANNO, José	Ensaio sobre as melipondas do Brasil	1911	Rio de Janeiro, Typ. Besnard Frères	Estudo sobre as Abelhas do Brasil e suas características.	
MARIANNO, José	O problema florestal de Petrópolis	1933	Rio, O Cruzeiro	Breve estudo sobre o plantio das florestas na cidade de Petrópolis no Rio de Janeiro.	
MARIANNO, José	Aspectos do problema florestal brasileiro	1934	Rio, Editora Elba	Breve estudo sobre as florestas e a silvicultura no Brasil.	
JOSÉ MARIANNO FILHO	Acerca dos copiares do nordeste brasileiro	1942	Rio de Janeiro, Est. De Artes Gráficas	José Mariano aborda os usos e costumes da arquitetura no nordeste Brasileiro.	O autor faz uma descrição da arquitetura do nordeste, utilizando como período o século XIX.
JOSÉ MARIANNO FILHO	Estudos de Arte Brasileira	1942	Rio de Janeiro, Est. De Artes Gráficas	Compilação de artigos sobre arte publicados na imprensa do Rio de Janeiro.	Embora as publicações datem entre 1940 e 1942, elas retratam o olhar de José Mariano sobre a arte do século XIX.
JOSÉ MARIANNO FILHO	Influências Muçulmanas na arquitetura tradicional brasileira	1943	Rio de Janeiro, Editora A Noite	Análise sobre a representação da arquitetura e a influência muçulmana, portuguesa e indígena na concepção da arquitetura no Brasil.	A abordagem do autor relata, sobretudo o século XIX utilizando as pinturas de Debret para retratar a arquitetura do Brasil.
MARIANNO, José	Debates sobre estética e urbanismo	1943	Rio de Janeiro, Est. De Artes Gráficas	O autor faz uma análise de como a cidade do Rio de Janeiro foi se desenvolvendo fazendo uma crítica a formação de sua estética e urbanismo.	José Mariano faz menção do século XIX para entender como se deu a formação da cidade carioca no início do século XX.
JOSÉ MARIANNO FILHO	Os três chafarizes de Mestre Valentim	1943	Rio de Janeiro, Est. De Artes Gráficas	A respeito dos Chafarizes de Mestre Valentim, construídos no século XVIII.	José Mariano abordará sobre os chafarizes de Mestre Valentim, construídos no século XVIII, mas demolidos no século XIX, o que o fará exprimir sua visão do século XIX.
MARIANNO, José	A arborização das estradas de rodagem	1945	Rio de Janeiro, Serviço de documentação, Ministério da agricultura	Documento sobre as estradas, a arborização e o ajardinamento das estradas do Brasil.	
MARIANNO, José	Urbanite Aguda	1945	Rio de Janeiro, Empreza Graphica Paulo Pongetti	Compilação de publicação seriada de debates, réplicas e tréplicas com o ex prefeito Carlos Sampaio.	
JOSÉ MARIANNO FILHO	A Estatuária do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo	1946	Rio de Janeiro, Est. De Artes Gráficas	Separata da Monografia "O Aleijadinho". O autor utiliza de uma série de fontes bibliográficas, do início do século XX, que estudaram as obras de Antonio Francisco Lisboa.	O estudo em questão é decorrente do século XVIII e XIX.

Planilha descritiva das Publicações Seriadas

PLANILHA DESCRITIVA DE CONTEÚDO					
Autor	Título da reportagem	Data publicação	Veículo de publicação	Descrição	Conteúdo sobre o século XIX
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Presunção e água benta...		Diário de Notícias, Rio de Janeiro	Matéria contra o Sr. Enéas Silva e sua arquitetura na construção das escolas do Rio de Janeiro.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	As maravilhas da architectura comunista	17/05/1936	Diário de Notícias, Rio de Janeiro	Contra as construções escolares baratas, nessa matéria o autor cita o educador Fernando de Azevedo, que também foi contra as construções escolares que vinham sendo realizadas nesse período.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Revoltante mystificação	28/02/1935	Diário de Notícias, Rio de Janeiro	Contra as cores utilizadas e as construções realizadas por Anísio Teixeira, Lucio Costa e Enéas Silva. José Mariano alega que nas construções e a arquitetura não possuem nada de brasileiro.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Escondendo o sol com a peneira	04/02/1936	Diário de Notícias, Rio de Janeiro	Tréplica de Jose Mariano ao artigo publicado por Enéas Silva no dia 25/01/1936. Mariano solicita um inquérito nas escolas por higienistas, já que existiam queixas.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Insensíveis a lição	08/02/1936	Diário de Notícias, Rio de Janeiro	Fala de José Mariano e sua crítica a construção da "Cidade Universitária" no local que foi um Exército.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Um insulto ao bom senso	10/03/1938	Diário de Notícias, Rio de Janeiro	José Mariano faz menção e refuta Enéas Silva, quando este último elenca nove itens para a construção de prédios escolares.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	O problema architectonico Nacional	20/03/1936	Diário de Notícias, Rio de Janeiro	O autor elogia a iniciativa do educador Fernando de Azevedo, que foi responsável pelo plano de construção das escolas do Distrito Federal se iniciar aos moldes tradicionalistas.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Um calamitoso erro de urbanismo	31/03/1936	Diário de Notícias, Rio de Janeiro	Sobre a Estação de Ferro Central do Brasil e a descrição da via Férrea construída em 1858.	Construção da via Férrea em 1858 no Rio de Janeiro
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	A Cidade Universitária	15/04/1936	Diário de Notícias, Rio de Janeiro	A respeito da escolha da área para alocar a Cidade Universitária, na qual José Mariano não é contra, porém opina em ser feito primeiramente um projeto de urbanização geral da área.	

PLANILHA DESCRITIVA DE CONTEÚDO

Autor	Título da reportagem	Data publicação	Veículo de publicação	Descrição	Conteúdo sobre o século XIX
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	A volúpia de errar	23/04/1936	Diário de Notícias, Rio de Janeiro	José Mariano contra Agache, "zonning" e das grandes massas arquitetônicas.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Pequena lição de urbanismo	07/05/1936	Diário de Notícias, Rio de Janeiro	Breve descrição de José Mariano sobre suas idéias de urbanismo e criações de planos contra as estreitas ruas de Ipanema e Copacabana e o surgimento dos "arranha-céus".	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Uma vitória do bom senso		Diário de Notícias, Rio de Janeiro	José Mariano expõe suas idéias sobre a construção do Ministério da Fazenda e sobre as demais construções dos edifícios públicos, refutando as idéias de Agache.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Rasguem-se túneis nas montanhas!	20/05/1936	O Globo	Entrevista de José Mariano ao O Globo, em que relata ser a favor da construção de túneis para se evitar o tráfego no campo de Sant' Anna.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Idea perigosa		Diário de Notícias, Rio de Janeiro	Crítica das supostas obras de urbanismo realizadas por Passos e Frontin.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	A formação das cidades brasileiras	14/07/1936	Diário de Notícias, Rio de Janeiro	Elogia o professor Defontaines vindo da França e relata a influência jesuítica na arquitetura brasileira. Porém salienta que nem todas as cidades brasileiras foram formadas de igual modo	Crítica os que vieram do exterior para visitar o Brasil, alegando que foram "dilatantes do século XIX", que visitavam o Brasil somente para comparar.
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	O prestígio das palavras	30/07/1936	Diário de Notícias, Rio de Janeiro	José Mariano contra "EstyloFuncional" de Le Corbusier e as "caixas d'água".	Cita Grandjean e a aquisição das telhas romanas, que eram ideais para os países quentes.
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	As tendências modernas da architectura	01/08/1936	Gazeta, São Paulo	Entrevista pela Gazeta de São Paulo, contra o surgimento do "estyllo moderno" da arquitetura.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	O anjo Gabriel	06/08/1936	Diário de Notícias, Rio de Janeiro	Texto contra Le Corbusier, que José Mariano relata os problemas da arquitetura moderna.	

PLANILHA DESCRITIVA DE CONTEÚDO

Autor	Título da reportagem	Data publicação	Veículo de publicação	Descrição	Conteúdo sobre o século XIX
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Confusionismo	14/08/1936	Diário de Notícias, Rio de Janeiro	José Marianno aponta as vantagens de novos materiais, tais como o concreto armado, faz menção dos refrigeradores de ar que passam a ser necessários, porém pede a Le Corbusier uma comparação com as telhas romanas, quanto a temperatura do ambiente dessas em relação ao concreto armado.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	As árvores do passeio público	30/08/1936	Diário de Notícias, Rio de Janeiro	Acerca do tráfego do Passeio Público, das árvores e da opinião de José Marianno em se criar uma comissão técnica de projetos urbanísticos.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Pela regulamentação do diploma de arquiteto: Um toque de Carim	29/04/1930	O Globo	Sobre o problema da regulamentação dos diplomas de arquiteto, que José Marianno discutiu no “3º Congresso Pan Americano de Architectos.”	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	A profissão de mãe Joana	13/06/1930	O Jornal, Rio de Janeiro	José Marianno aponta a necessidade de conhecimento de artes para exercer a arquitetura.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Proezas de Blakaman	02/07/1930	O Jornal, Rio de Janeiro	Crítica contra os projetos de Agache.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Impressões do salão	30/08/1928	Diário de Notícias, Rio de Janeiro	Acerca de algumas questões de arquitetura e o neocolonial.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	A balburdia architectonicado Rio de Janeiro	11/03/1926	A Noite, Rio de Janeiro	Sobre as arquiteturas e construções do Rio de Janeiro.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Congresso Pan-Americano de Architectos	10/07/1930	Diário da Noite, São Paulo	Idéia de José Marianno para criar novas escolas de arquitetura nos estados brasileiros.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	O debate aberto em torno do nosso padrão architectural	10/05/1926	A Noite, Rio de Janeiro	José Marianno em defesa de uma arte individual para o Brasil, nesse aspecto tradicional cita Ricardo Severo e Mestre Valentim.	

PLANILHA DESCRITIVA DE CONTEÚDO					
Autor	Título da reportagem	Data publicação	Veículo de publicação	Descrição	Conteúdo sobre o século XIX
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	A glorificação de um falso heroe	20/05/1928	O Jornal, Rio de Janeiro	Contra a homenagem a Mario Ribeiro na construção do hipódromo do Jockey Club.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Do verbo "projectar" em Architectura	10/11/1928	O Jornal, Rio de Janeiro	Explicação de José Marianno sobre o que é projetar e como se faz a arquitetura.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Mestre Aleijadinho e o seus algozes	12/09/1929	O Jornal, Rio de Janeiro	José Marianno contra os que vieram ao Brasil estudar a arte brasileira dos tempos coloniais.	Cita a arte brasileira colonial.
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Precisa-se de um architecto	04/10/1929	O Jornal, Rio de Janeiro	A favor de se fazer uma arquitetura nacional.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	A excomunhão gloriosa da architectura brasileira	08/12/1929	O Jornal, Rio de Janeiro	A defesa de José Marianno ao barroco e a exposição do Solar de Monjope.	Defesa da arquitetura do século XIX.
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Uma invencionice architectonica	11/12/1929	O Jornal, Rio de Janeiro	José Marianno em resposta a Cordeiro de Azeredo.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Brasilidade imaginária	20/12/1929	O Jornal, Rio de Janeiro	José Marianno contra Cordeiro de Azeredo e o "estylu bandeirante" e a favor de uma arquitetura nacional.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	A velha do piolho	27/12/1929	O Jornal, Rio de Janeiro	José Marianno em defesa a uma arquitetura nacional	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Decalogo do architecto brasileiro	22/12/1929	O Jornal, Rio de Janeiro	Dez mandamentos para o arquiteto seguir, segundo José Marianno.	

PLANILHA DESCRITIVA DE CONTEÚDO

Autor	Título da reportagem	Data publicação	Veículo de publicação	Descrição	Conteúdo sobre o século XIX
JOSÉ MARIANNO FILHO	38 à sombra	29/12/1929	O Jornal, Rio de Janeiro	Em defesa da arquitetura brasileira e da necessidade de se construir uma arquitetura levando em consideração o calor do Brasil.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Architectura e engenharia são coisas opostas	10/04/1930	O Jornal, Rio de Janeiro	A respeito da situação da engenharia civil após a criação do curso de arquitetura.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Les affaires sont les affaires	30/05/1930	O Jornal, Rio de Janeiro	José Marianno contra a arquitetura moderno e os planos urbanísticos de Agache.	
José Marianno, Filho	A architectura como elemento de nacionalização		A noite, Rio de Janeiro	Jose Marianno contra as experiências de todas as arquiteturas no Brasil.	
Professor José Marianno	A cidade universitária e o plano Agache	01/08/1935	O Globo, Rio de Janeiro	Em defesa ao arquiteto italiano M. Piacentini e sua contribuição na construção da Cidade Universitária e contra as ideias de Agache.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	O contágio dos máos exemplos	27/07/1931	O Jornal, Rio de Janeiro	José Marianno a favor de um plano urbanístico e contra os prefeitos que fizeram projetos arquitetônicos por interesses particulares.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Viva o ministro!	31/07/1935	Diário de Notícias, Rio de Janeiro	José Marianno sobre a decisão de Capanema em contratar um estrangeiro para o projeto da Cidade Universitária.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Autophagia	06/08/1935	Diário de Notícias, Rio de Janeiro	José Marianno contra a posição tomada pelo Instituto dos Arquitetos perante o projeto da Cidade Universitária.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Anarquia Urbanística	10/08/1935	Diário de Notícias, Rio de Janeiro	Contra a falta do plano urbanístico e a construção desenfreada de edifícios.	

PLANILHA DESCRITIVA DE CONTEÚDO

Autor	Título da reportagem	Data publicação	Veículo de publicação	Descrição	Conteúdo sobre o século XIX
JOSÉ MARIANNO FILHO	Erro fundamental	04/08/1935	Diário de Pernambuco	A arquitetura pobre e a arquitetura opulenta dentro de um plano urbanístico.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Urbanismo "on paper"	18/08/1935	Diário de Notícias, Rio de Janeiro	José Mariano contra o espaço pequeno que da construção da Cidade Universitária e de se fazer economia nos projetos.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Uma cidade sem jardins	11/09/1932	Diário de Notícias, Rio de Janeiro	José Mariano a favor de um plano de revitalização.	
José Marianno, Filho	Guerra a paisagem	22/08/1935	Diário de Notícias, Rio de Janeiro	Contra os "arranhas-ceos" que cobriam as paisagens e a arborização carioca.	Contra a fala que o problema urbanístico começou no período colonial. José Marianno defende que no período colonial se agiam por sentimento e intuição e os casarões de dois andares não feriam a paisagem da cidade.
Professor José Marianno	Acudam as árvores da cidade!	19/09/1935	Diário de Notícias, Rio de Janeiro	José Marianno contra a precariedade dos jardins do Rio de Janeiro.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	O problema florestal de Petrópolis	06/02/1932	O Jornal, Rio de Janeiro	José Marianno opinando sobre a vantagem das amplas avenidas de Petrópolis e das árvores como objeto de ornamentação e arborização. Também classifica a espécie de cada uma e onde podem ser utilizadas.	
José MARIANNO (filho)	Uma grande blague	10/08/1932	O Jornal, Rio de Janeiro	José Marianno sobre o Instituto Geográfico Brasileiro e criticando o livro "Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis".	
José MARIANNO (filho)	Symbiose da maldade com a ignorância	30/08/1932	O Jornal, Rio de Janeiro	José Marianno contra o livro "Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis" de Luis Edmundo.	O parecer de José Marianno do "estilo colonial".
José MARIANNO (filho)	Erro fundamental	17/10/1935	O Jornal, Rio de Janeiro	A arquitetura pobre e a arquitetura opulenta dentro de um plano urbanístico.	

PLANILHA DESCRITIVA DE CONTEÚDO

Autor	Título da reportagem	Data publicação	Veículo de publicação	Descrição	Conteúdo sobre o século XIX
JOSÉ MARIANNO (filho)	A criação de um Museu Nacional de Arte	18/10/1935	Diário da Noite, Rio de Janeiro	José Marianno sobre a criação do Museu Nacional de Artes.	
JOSÉ MARIANNO (filho)	A architectura escolar	20/10/1935	Diário de Notícias, Rio de Janeiro	José Marianno contra o Senhor Anísio Teixeira e o estilo arquitetônico utilizado na construção das escolas. José Marianno aponta o estilo arquitetônico correto das escolas.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	A miseriaestylizada	03/11/1935	Jornal do Comércio, Pernambuco	Sobre a arquitetura das favelas em comparação com a arquitetura moderna, alegando que os arquitetos desse período visavam os interesses pessoais.	
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Metabolismo Urbano	16/11/1935	Diário de Notícias, Rio de Janeiro	José Marianno contra os "arranha-ceos".	
JOSÉ MARIANNO (filho)	A tosquia das árvores	28/11/1935	Diário de Notícias, Rio de Janeiro	José Marianno retrata a importância das árvores além da ornamentação.	No período colonial as árvores já eram vistas como sendo importantes.
JOSÉ MARIANNO (FILHO)	Contra o arranha-céu	01/08/1928	O Jornal, Rio de Janeiro	José Marianno contra o arranha-céu e o fato dos arquitetos brasileiros copiarem o "esqueleto metálico" e outras arquiteturas de outros povos.	
José MARIANNO (filho)	Sobre o patrimônio artístico da nação	17/10/1928	O Jornal, Rio de Janeiro	José Marianno contra a demolição do Solar de Megahype.	
José MARIANNO (filho)	Da architectura como fatos de nacionalização	01/11/1928	O Jornal, Rio de Janeiro	José Marianno sobre a oficialização da arquitetura nacional.	
MARIANNO (FILHO)	O patrimônio artístico de Minas Geraes	11/11/1928	O Jornal, Rio de Janeiro	José Marianno aborda a questão do ressurgimento da "velha arquitetura brasileira".	Remete-se a arquitetura colonial.

PLANILHA DESCRITIVA DE CONTEÚDO					
Autor	Título da reportagem	Data publicação	Veículo de publicação	Descrição	Conteúdo sobre o século XIX
JOSÉ MARIANNO (filho)	O novo edifício da Escola Normal	25/11/1928	O Jornal, Rio de Janeiro	José Marianno em análise ao novo edifício da Escola Normal e aos novas construções do Rio de Janeiro.	
JOSÉ MARIANNO (filho)	A defesa esthetica da cidade	07/12/1928	O Jornal, Rio de Janeiro	Contra a demolição do Theatro São Pedro para a construção de um novo e os novos empreendimentos adotados pelo prefeito Carlos Sampaio.	
JOSÉ MARIANNO (filho)	Urbanite Aguda	01/03/1929	O Jornal, Rio de Janeiro	Contra Carlos Sampaio e a missão Agache.	
JOSÉ MARIANNO (filho)	Urbanite Aguda II	08/03/1929	O Jornal, Rio de Janeiro	Tréplica a Carlos Sampaio, o criticando e também criticando seus artigos urbanísticos.	
JOSÉ MARIANNO (filho)	Urbanite Aguda III	10/03/1929	O Jornal, Rio de Janeiro	José Marianno se defende dos ataques de Carlos Sampaio e o critica.	
JOSÉ MARIANNO (filho)	Urbanite Aguda IV	13/03/1929	O Jornal, Rio de Janeiro	Critica a Carlos Sampaio ao tratamento que foi dado ao Monte Castelo e ao aterro da Lagoa Rodrigo de Freitas.	
José MARIANNO (filho)	Urbanite Aguda V		O Jornal, Rio de Janeiro	Critica a Carlos Sampaio e ao trabalho dos engenheiros.	
José MARIANNO (filho)	Urbanite Aguda VI	20/03/1929	O Jornal, Rio de Janeiro	Contra Carlos Sampaio e a análise do tratamento necessário pelos problemas urbanísticos devido o Plano Agache.	
MARIANNO (FILHO)	Da urbanite aguda e seu tratamento racional	27/03/1929	O Jornal, Rio de Janeiro	José Marianno compara os problemas urbanos com os problemas de saúde do campo da medicina.	

PLANILHA DESCRITIVA DE CONTEÚDO

Autor	Título da reportagem	Data publicação	Veículo de publicação	Descrição	Conteúdo sobre o século XIX
JOSÉ MARIANNO (filho)	A Urbanite Aguda VII	29/03/1929	O Jornal, Rio de Janeiro	Sobre Gastão Bahiana e contra o prefeito Carlos Sampaio e sua visão sobre a arquitetura.	
JOSÉ MARIANNO (filho)	Sobre a ficha anthropometrica de Venus.		O Jornal, Rio de Janeiro	José Mariano contra o julgamento do juri do concurso realizado pelo jornal <i>A Noite</i> .	
JOSÉ MARIANNO (filho)	Arquitetura scenographica	18/10/1929	O Jornal, Rio de Janeiro	Contra E. Stenhof alegando que este fazia uma arquitetura européia não atendendo as necessidades dos brasileiros.	
JOSÉ MARIANNO (filho)	Salsichas de Viena	23/10/1929	O Jornal, Rio de Janeiro	Contra os princípios de arquitetura de E. Stenhof Agache e os conferencistas "viennenses".	
JOSÉ MARIANNO (filho)	O melhor, no gênero máo	26/10/1929	O Jornal, Rio de Janeiro	José Mariano contra as referências europeias no Brasil.	Defendendo a arquitetura colonial e expondo como Debret abordou a arquitetura do 2º império.
JOSÉ MARIANNO (filho)	A primeira victma da architectura futurista		O Jornal, Rio de Janeiro	Sobre Stenhof e Renato de Almeida, José Mariano fala contra a arquitetura futurista.	Defende a arquitetura tradicional e colonial.
José MARIANNO (filho)	A architectura brasileira não é colonial	06/11/1929	O Jornal, Rio de Janeiro	José Mariano dizendo que se a nação não é mais colonial como a arquitetura continuará sendo.	
José MARIANNO (filho)	Architectura acanalhada	01/11/1929	O Jornal, Rio de Janeiro	Uma análise da arquitetura moderna em comparação a arquitetura colonial, do Primeiro e do Segundo Impérios.	Faz menção as construções do século XIX.
MARIANNO (FILHO)	Reflexões sobre Architectura	10/11/1926	O Jornal, Rio de Janeiro	José Mariano falando diretamente com Djalma Lessa, contra a arquitetura moderna e pregando sobre o verdadeiro estilo brasileiro.	

PLANILHA DESCRITIVA DE CONTEÚDO

Autor	Título da reportagem	Data publicação	Veículo de publicação	Descrição	Conteúdo sobre o século XIX
José Marianno (filho)	Historia mal contada	16/11/1929	O Jornal, Rio de Janeiro	A defesa de José Marianno ao verdadeiro estilo brasileiro e contra os arquitetos que não compreendiam a essência da arquitetura brasileira.	
José Marianno Filho	Os grandes congressos de 1930	25/06/1930	Jornal do Brasil	José Marianno e sua opinião sobre o “IV Congresso Pan-Americano de Architectos” e as vantagens desse congresso.	

APÊNDICE III – Entrevista com José Marianno Carneiro da Cunha Filho

**ENTREVISTA REALIZADA COM JOSÉ MARIANNO CARNEIRO DA CUNHA
FILHO**

Dia 14 de julho de 2011

Livraria da Travessa, Shopping Leblon,

Rio de Janeiro / RJ.

Entrevistadores: Wilson Ricardo Mingorance – WRM

Fernando Atique – FA

Dados do entrevistado:

José Marianno Carneiro da Cunha Filho

Nascido em 14/02/1952, na cidade do Rio de Janeiro

Neto de José Marianno Carneiro da Cunha Filho (doravante referido como “José Marianno”)

WRM: Qual é o seu grau de parentesco com o José Marianno?

JM: Ele é meu avô.

WRM: A genealogia descrita no livro Solar de Monjope, do autor Julio Bandeira está correta?

JM: Não tenho os dados necessários para confirmar esta informação.

FA: José Marianno teve quantos filhos:

JM: Três filhos, Marcus Marianno, Cláudio Marianno e meu pai, José Marianno Carneiro da Cunha Neto.

FA: Você teve primos, ou seja, todos os irmãos do seu pai também tiveram filhos?

JM: Sim, todos tiveram, por parte do meu tio Cláudio eu tive uma prima só, Maria Cláudia Marianno Carneiro da Cunha, e por parte do Marcus, a Glória Marianno Carneiro da Cunha.

WRM: Como foi crescer como neto de José Marianno?

JM: Uma pessoa de quem eu sempre ouvi falar muito foi de meu avô, envolvido com arte. Se eu não me engano, ele presidiu a escola do Horto Florestal, o Jardim Botânico e houve uma época que meu pai morou dentro do Jardim Botânico com meu avô, em 1910.

FA: Exatamente, encontramos um livro de 1911 sobre as abelhas: Ensaio sobre as Melipondas do Brasil, do período em que o José Marianno presidia a escola do Horto Florestal. O que significava, em termos de escola e amizades, ter essa vinculação com seu avô? Ou seja, seu avô era uma pessoa polêmica, isso repercutia na família?

JM: Não, de maneira nenhuma, eu nunca sofri com isso, inclusive nunca se abordavam as polêmicas de meu avô em casa, mesmo quando eu morava naquela casa, nunca se abordavam esses assuntos na família. Falava-se um pouco sobre o pai do José Marianno, meu bisavô, pois ele era abolicionista, lutou muito pela abolição da escravatura em Pernambuco, mas abordava-se esse assunto de forma muito superficial, muito sutil. O meu avô nasceu em Pernambuco, no Poço da Panela, eu conheço lá e hoje está muito abandonado, mas ele nasceu lá, ele e o irmão Olegário Marianno.

FA: O Olegário Marianno teve filhos?

JM: Não, o Olegário não, ele teve uma filha adotiva e foi casado com a tia Iaiá.

Eu não conheci meu avô, mas eu tinha muitas informações, pois se falava muito dele, inclusive o meu pai sempre falou muito dele.

Meu pai tinha uma empresa de papel, que quem criou foi o sogro de meu avô, o Conde Alexandre Siciliano, pai da minha avó Violeta Siciliano. Meu pai falava que meu avô levou 20 anos colecionando objetos de arte, e depois de 20 anos colecionando esses objetos, ele

construiu o Solar de Monjope, mas esses móveis, essas coleções que estavam no Solar de Monjope eram guardados em outra casa que ele tinha em Jacarepaguá.

FA: Quem elaborou o projeto da casa em Jacarepaguá foram os mesmos arquitetos que fizeram o projeto da Escola Normal, então essa casa foi mesmo levantada? Eu conheço o projeto dela.

JM: Uma casa linda, eu ficava muito lá.

FA: Essa casa está de pé ainda?

JM: Sim, acho que está. Meu avô mandava esses móveis para o Recreio dos Bandeirantes para depois ir para Jacarepaguá. O transporte desses objetos era feito através de carro de boi, que demoravam três dias, isso entre 1908 e 1910. Ele guardava os móveis na casa em Jacarepaguá amarrados, presos, no teto para não estragarem.

FA: Isso tudo já visando a construção do Solar de Monjope?

JM: Tudo visando a construção do Solar.

WRM: Ele já tinha o projeto de construção do Solar do Monjope?

JM: Sim, ele já tinha o projeto.

WRM: Ele tinha o arquiteto do projeto?

FA: O projeto do Solar foi a junção de três concursos que ele promoveu, ele fundiu esses três projetos na possibilidade de colocar esses móveis e essa coleção que ele foi juntando. Mas, esse dado de onde ele guardava esses materiais e como ele os transportou, a gente nunca soube.

JM: Ele trouxe muitos objetos de Pernambuco, houve um arcaz que ele trouxe inteiro de Igarauçu. Ele tinha uma biblioteca muito grande, com muitos livros.

FA: Falando nisso, que tipo de livros José Marianno possuía?

JM: Ele lia revistas de arte; tinha livros de medicina. Meu pai doou livros da biblioteca para muita gente, para parentes, amigos. Doou livros para a Escola de Medicina. Ele também tinha na biblioteca livros sobre a flora e sobre a fauna pintados a mão. Ele tinha muita coisa, mas quando o Solar do Monjope foi demolido, doamos quase tudo, porque a casa era muito grande e tinha muita coisa.

WRM: A família ficou com algum material do acervo?

JM: Ficamos, ficamos sim. Meus tios venderam, papai faleceu e minha mãe também vendeu... tinha muita coisa e, depois, fomos morar em apartamentos e esses móveis e objetos não cabiam nos apartamentos. Meu pai deu muita coisa de presente, deu alguns objetos de presente de casamento, mas meu pai ficou com algumas coisas... ele tinha uma coleção de vários quadros belíssimos.

WRM: E a família possui os documentos pessoais de José Marianno?

JM: Tenho um arquivo na casa de meu pai, que eu andei mexendo e encontrei muita coisa, como cartas e correspondência de Pernambuco, que não eram do meu avô José Marianno, mas do pai dele, que era abolicionista e, como o pai dele fazia parte do Clube do Cupim, essas cartas eram correspondência do pai do José Marianno com seus amigos de Pernambuco. Algumas coisas eu sei, porque eu fiquei muito na casa de Jacarepaguá, eu passava meus fins de semana lá, tinham acervos belíssimos lá, a casa era belíssima. Mas, eu não sei como está essa casa hoje, pois essa casa ficou para o meu tio e quando ele morreu a casa acabou ficando com minha tia, que hoje mora em Petrópolis.

FA: Qual o nome dela?

JM: Marlene, ela mora em Petrópolis, mas ela morou lá e depois ela vendeu a casa, hoje eu não sei como hoje se encontra a casa, mas naquela época tinha uma rua grande, um lago na frente. Quem construiu essa casa?

FA: Foram os mesmos arquitetos que construíram a Escola Normal, Cortez & Bruhns.

JM: Essa Casa era mais baixa.

FA: Sim, essa casa era mais baixa e tinha uma varanda bem grande.

JM: Exato, você já viu essa casa?

FA: Eu vi o projeto da casa, que foi publicado na *Revista Architectura no Brasil*, mas a gente nunca descobriu se essa casa tinha sido construída ou não.

JM: Você não sabia que era do José Marianno?

FA: Sabia que era do José Marianno, sabia que havia o projeto e quem eram os autores, mas não sabia se havia iniciado a construção do projeto e se tinha sido levado a termo.

JM: A casa existe, mas depois que meu pai morreu em 1987, quem conhecia muito a história da família era minha mãe, mas minha mãe hoje está doente, com Alzheimer. Mas minha mãe conhecia a fundo a história da família, mas quem também conhecia muito era um amigo do meu pai.

FA: Qual o nome dele?

JM: Milton Augusto do Amaral, uma pessoa que me ajudou muito na vida e que foi presidente das empresas da família. Ele também conhecia muito, mas ele morreu... se hoje ele estivesse vivo eu até o trazia aqui; ele trabalhou com meu avô, conhecia meu avô.

FA: Como era a “figura” de seu avô?

JM: Dizem que meu avô era um cara muito bonito, na família não tem ninguém igual a ele, um cara alto... Conheceu minha avó voltando de um navio da França, estava ela, seu pai, o Conde Siciliano, e as duas irmãs. Meu avô estava voltando de Paris e eles namoraram na

volta, ficaram um mês namorando na viagem e, quando chegaram aqui, praticamente se casaram.

FA: Como era a personalidade de José Marianno?

JM:Meu avô era muito polêmico ou as pessoas gostavam dele ou não gostavam.

WRM: Ele se formou em medicina, mas nunca clinicou?

JM:Ele se formou em medicina, mas nunca clinicou, pelo que eu saiba.

FA: Ele desenvolveu, também, uma carreira de empresário?

JM: Sim, ele acabou desenvolvendo a carreira de empresário, pois o pai da minha avó era italiano e ele veio para o Brasil. Chegou aqui como imigrante, sem nada, e montou aqui um Empório, naquela época não era empresa. Ele se juntou com o Matarazzo e eu me lembro que papai contou que quando estourou a guerra, ele montou uma fábrica de cordas visando os navios que iam atracar. Tinha fábrica de panelas esmaltadas (naquela época as panelas eram esmaltadas) e, quando começou a se desenvolver o setor da agropecuária e a industrialização no Brasil, ele montou uma fábrica de arames farpados, criou a Indústria Enxadas Jacaré, que era uma marca, a enxada da época. Ele criou outra empresa que existe até hoje, e que era da família, que se chama Companhia Mecânica Importadora de São Paulo, era uma empresa pesada, e o Conde Siciliano ficou com uma parte dos negócios e, o Barão, que foi casado com a tia Ana Tereza, com outra parte. Você já ouviu falar daquele Castelo Itaipava?

FA: Sim.

JM: Então, pertence à irmã da minha avó, à tia Ana Tereza, que construiu um castelo medieval em Itaipava, e que meu avô não gostava, e está em pé hoje. Eu ia trazer um livro, mas não encontrei, que ele fala da arquitetura barroca.

Eu acho que a casa do Olegário, eu não sei se ele, meu avô, construiu essa casa.

FA: Onde fica?

JM: Teresópolis, chamava Sítio das Cigarras, a Casa dos Sete Cedros, inclusive tem uma poesia do Olegário sobre a Casa dos Sete Cedros, porque em frente a ela havia sete cedros.

WRM: Como era a relação de José Marianno com o irmão Olegário Marianno? Eles tinham personalidades diferentes?

JM: Totalmente diferentes, o Olegário era um cara centrado, sereno, calmo, foi diplomata no Brasil, exerceu um cargo em Portugal, era o poeta das cigarras. Mas eram completamente diferentes, meu avô tinha um temperamento forte, era conhecido como o trovão.

WRM: Com que frequência artistas, arquitetos, as pessoas e a família iam ao Solar de Monjope?

JM: Muitas pessoas pediam para entrar no Solar para vê-lo, e meu pai deixava entrar. Também vários arquitetos entravam lá, e estrangeiros que vinham para cá, queriam ver a casa. Meu pai deixava o portão da casa aberto para que as pessoas pudessem entrar, então muitas pessoas entravam e a fotografavam. Algumas pessoas que passavam perto do Solar achavam que era um hospital ou um hospício que funcionava ali.

FA: E como foi crescer no Solar do Monjope?

JM: Ah! Foi uma maravilha! Hoje eu moro em apartamento, na Lagoa, e é pequeno, tem três quartos, mas eu dei sorte, porque eu mantenho a mesma vista que eu tinha do Solar de Monjope... a casa ficava embaixo do Cristo e o Solar também ficava embaixo do Cristo. Porém, o Solar era uma casa enorme. Para você ter uma ideia, o meu quarto, no Solar, representava dois apartamentos do que moro hoje, era um quarto de aproximadamente 200 metros quadrados. A casa era disposta em quatro torres e meu quarto era uma dessas torres. Minha avó também morava em outra torre. A casa possuía três torres que eram quartos e a quarta torre era uma biblioteca inteira, era muito grande. No piso inferior existia uma sala de jantar imensa, uma sala de almoço também muito grande, uma sala pequena, um pátio interno imenso e, em volta dos pátios, os quartos. Do outro lado do pátio havia um salão imenso,

onde ficavam uns salões enormes e, também, o altar da sacristia. Em cima, ficava a biblioteca e, abaixo dela, o altar da sacristia, e do lado direito, ficava a pinacoteca.

FA: As fotografias existentes do Solar fazem parte do acervo da família? [mostra-se o livro Solar do Monjope, publicado em 2008].

JM: Todas não. Algumas fotos do Solar foram feitas pelo meu primo. Ele é escritor e ele tinha um trânsito pela revista *O Cruzeiro*, pois meu avô era muito amigo do Chateaubriand e as fotos eram da revista *O Cruzeiro*.

FA: Seu avô era amigo do Chateaubriand? Eu suspeitava, mas nunca tive a confirmação.

JM: Sim, ele era muito amigo do Chateaubriand. Eu conheci o Chateaubriand... Quando ia a São Paulo com meu pai, íamos visitar o Chateaubriand.

FA: Essas fotos eram da Revista *O Cruzeiro*?

JM: Algumas sim, outras não, por exemplo, algumas fui eu que tirei.

WRM: Algum membro da família seguiu os passos de José Marianno na área da Arquitetura?

JM: Não, da família ninguém. Meu tio Cláudio apreciava muito - como o meu pai - e também colecionava muitos objetos de arte. Meu tio Marcus tinha uma casa belíssima em Embu das Artes e o muro dessa casa foi construído todo fora de prumo, pois ele queria uma casa com estilo barroco. Meu tio Cláudio ficou com alguns objetos de prata da casa de Jacarepaguá e outros foram doados, a mesa do Solar do Monjope foi doada para a Faculdade de Medicina, pois eram muitos objetos e como a casa foi demolida era necessário doar.

FA: Como foi o processo de demolição do Solar do Monjope?

JM: Quem cuidou da casa foi a Construtora Zen, que a comprou e a demoliu. O grande problema, então, foi onde guardar o acervo. Não tinha lugar para guardar, era muita coisa.

FA: O processo de tombamento foi pedido por alguém da família ou por alguém externo?

JM: Alguém da família pediu que a casa fosse tombada, não sei se foi meu pai, minha mãe. Meu pai não queria vender a casa, mas minha avó morreu em 1972 e a casa foi demolida em 1973, então houve um acordo entre os irmãos. Meu pai chegou a um acordo com o tio Cláudio. O tio Cláudio moraria na casa de Jacarepaguá, meu pai no Solar do Monjope e o tio Marcus na casa em São Paulo, nos Jardins, mas depois passou a morar na casa de Embu das Artes. Na verdade, ele ia e voltava, porque ele era sócio de uma empresa em São Paulo, na cidade de Jundiaí, a empresa Sífico e, família também possuía outra empresa em Jundiaí, a Adamas do Brasil, por exemplo, que era do meu tio.

WRM: Como foi a reação da família e das pessoas próximas ao Solar de Monjope, quando ele foi demolido?

JM: A família, os amigos e as pessoas do colégio (havia um colégio em frente, o colégio Souza Leão) não acreditaram e fizeram uma passeata contra. Havia um prédio ao lado do Solar de Monjope... eu nasci nessa casa ao lado e morava com meus pais nessa casa ao lado e, só depois nos mudamos para o Solar e foi muito fácil mudar, pois tinha uma abertura enorme dessa casa para o Solar e a garagem do Solar ficava ao lado da garagem da casa que eu nasci. Anos depois meu pai vendeu essa casa em que nasci.

WRM: O nome “José Marianno”, que tem perpassado a família por algumas gerações é devido a alguma homenagem especial ou é uma tradição da família?

JM: Estávamos falando sobre isso, pois estamos abrindo o inventário da minha avó para fazermos as partilhas e se confunde muito. É tradição, eu sou o último membro da família com o nome “José Marianno”.

WRM: Como eram tratadas as polêmicas entre José Marianno, Carlos Sampaio, Archimedes Memória e Lucio Costa, no âmbito familiar?

JM: Meu pai dizia que meu avô era uma figura muito polêmica, mas esses assuntos não eram tratados na família.

FA: Sua avó também não comentava esses assuntos?

JM: Não, minha avó era extremamente reservada, lembro que a gente morava na mesma casa, mas era preciso marcar hora para ir ver minha avó. Ela era muito reservada e tínhamos que marcar hora para vê-la. Eu era garoto, ia vê-la somente quando ela queria nos ver, ela nos recebia um por mês... Ela apagava a luz, se arrumava toda - muito vaidosa minha avó -, e nos recebia em meio à penumbra, me perguntava como eu estava indo no colégio, me dava bombons...

FA: Qual foi a causa da morte do seu avô?

JM: Câncer, ele morreu em um hospital aqui do Rio, o São Vicente de Paulo.

FA: E a *causa mortis* da sua avó?

JM: Ela caiu da cama e quebrou o fêmur, teve que fazer uma operação, um pouco antes de a minha avó falecer.

O meu avô não vivia mais no Solar, só quem vivia no Solar era minha avó.

FA: Onde ele morava?

JM: Ele morava em um apartamento e, quem morava lá, também, era uma amante que morava com ele nesse apartamento. Meu pai contava que havia muitas obras de arte nesse apartamento também.

FA: Ele não teve filhos com ela?

JM: Não.

JM: Com meu pai ficaram algumas obras do Portinari, inclusive um quadro do Olegário Marianno ficou com minha mãe.

WRM: Existe um quadro do Olegário Marianno no Museu de Belas Artes.

JM: Tem e é enorme, inclusive meu filho Marianno foi fazer uma visita à Academia Brasileira de Letras com o colégio há alguns anos e, quando ele chegou lá, e ele deu o nome, ele percebeu que era o mesmo sobrenome do Olegário, pois tem um busto lá do Olegário Marianno. O Olegário era poeta.

FA: Exato, o Olegário foi membro da Academia Brasileira de Letras.

FA: José Marianno, a gente quer agradecê-lo, pois recebemos aqui muitas indicações inéditas que vão nos auxiliar muito.

JM: Eu é que agradeço e, quando o Marianno me falou da entrevista eu disse que não sabia se ia lembrar muita coisa, até mesmo porque eu era adolescente, mas eu vivi muito tempo no Solar de Monjope, inclusive meus amigos ficaram muito revoltados quando souberam que a casa ia ser demolida. A casa era visitada por muita gente, inclusive um dia eu cheguei em casa e tinha uma moça no jardim querendo fotografar a casa e ela fotografou, mas esqueceu a capa da lente da câmera e aí ela voltou e a gente acabou namorando. Mas, todo mundo entrava na casa para vê-la, meu pai deixava o portão aberto sempre para as pessoas visitarem e muitos não sabiam que era uma casa, pensavam que era um hospital, um hospício.

Eu agradeço muito a vocês.

FA: Muito obrigado, José Marianno!

JM: Obrigado!

WRM: Agradecemos muito, agradeça ao Marianno pela disposição e atenção de vocês. Muito obrigado!

JM: Obrigado!

* * * *